



**PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAPUAVA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, VIAÇÃO E SERVIÇOS URBANOS**  
**ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA**

**Concorrência Pública: 01/2019**

**CONTRATO DE CONCESSÃO: 389/2019**

**Contratante: MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**

**Contratada: ILUMINA GUARAPUAVA S/A, CNPJ nº 35.792.994/0001-00.**

**OBJETO: CONCESSÃO ADMINISTRATIVA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR, INCLUÍDAS A OPERAÇÃO, MODERNIZAÇÃO, A AMPLIAÇÃO, A EFICIENTIZAÇÃO ENERGÉTICA E A MANUTENÇÃO DO PARQUE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA.**

ATESTO para os devidos fins que a Concessionária de Serviços Públicos Municipais de Iluminação Pública ILUMINA GUARAPUAVA S/A, realizou no período de 31 de janeiro de 2020 a 30 de julho de 2020 as seguintes atividades previstas em contrato:

- Execução da prestação de serviços de manutenção e operação de 22.557 pontos de iluminação no Sistema de Iluminação Pública do Município de Guarapuava;
- Execução de projeto luminotécnico e dimensionamento de luminárias LED em 7.981 pontos;
- Fornecimento e instalação de 7.981 luminárias com tecnologia LED;
- Implantação e operação de Centro de Controle Operacional para gerenciamento do Parque de Iluminação Pública composto de 22.557 pontos;
- Realização de financiamento na modalidade de PROJECT FINANCE junto ao Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE no montante de R\$ 16.577.250,00 (Dezesseis milhões quinhentos e setenta e sete mil duzentos e cinquenta reais), através do contrato PR-59039/AFD/EURIBOR 3M-URBANO e cédula de crédito PR-59040/PROMOVE SUL/DS-PR 240M URB.

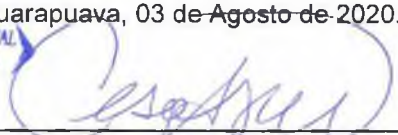
Responsável Técnico Renan Rawlyk Lopes- CREA PR-145380-D - ART 1720200473798.

Composição Societária da ILUMINA GUARAPUAVA S/A:

- Engeluz Iluminação e Eletricidade Eirelli: 70% (setenta por cento)
- Brasiluz Eletrificação e Eletrônica Ltda: 30% (trinta por cento)

SERVIÇO DISTRICTAL  
DE DOQUIMENTO

Guarapuava, 03 de Agosto de 2020.


  
Cesar Augusto Carollo Silvestri Filho  
Prefeito Municipal



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101663108204434822510-1  
Data: 31/08/2020 17:07:19  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKK63405-2VPT;



**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

  
Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcanti  
Titular

**TJPB**





Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autêntico a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato.  
O referido é verdade. Dou fé. \*\*\*\*\* Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/101663108204434822510



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101663108204434822510-2  
Data: 31/08/2020 17:07:20  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKK63406-3XQE;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Válder Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



## DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **11/11/2020 14:58:21 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 101663108204434822510-1 a 101663108204434822510-2

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b50de15dc746f5a787ee5f3e9ace5114aa84b7309b8c440f2c4cb5cf9afd279f0e04aa6e97f2d3e21c08077110a3151cacba4fab5fe82032158186944374bf5c0



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

**Data, Hora e Local:** Aos 28 dias do mês de outubro de 2019, às 17h00 horas, na Rua Andrade Neves, 1215, Trianon, CEP 85.012-020, Guarapuava/PR; **Convocação e Presença:** Reuniram-se os subscritores do capital da Sociedade Anônima de Propósito Específico **ILUMINA GUARAPUAVA S.A**, em constituição, representando 100,00% (cem por cento) do capital social, de acordo com o boletim de subscrição, conforme segue: **BRASILUZ Eletrificação e Eletrônica LTDA.**, estabelecida na Rua Coronel Guilherme Rocha, nº 160, Bairro Jardim Andaraí, São Paulo/SP, CEP 02167-030, inscrita no CNPJ sob o nº 18.680.121/0001-97, neste ato, representada por seu sócio gerente **Daniel Faour Auad**, portador do RG nº 32. 909.056-2 SS P/ SP e inscrito no CPF sob o nº 309.874.178-35, domiciliado na Rua Herminio de Mello, nº 96 Distrito Industrial Domingos Giorni, Município de Indaíatuba, Estado de São Paulo, CEP 13347—330 e **ENGELUZ Iluminação e Eletricidade EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, com na sede Rodovia Parigot de Souza, KM 254, Bloco "A", Bairro Distrito Industrial, CEP 84950—000, na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 85.489.078/0001-74, neste ato representada pelo sócio proprietário, **Rodson Luiz Lopes**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.057.648-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 532.236.329-72, domiciliado na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810 casa 26, CEP 81 220-310 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná. **Mesa Diretora:** Foi eleito para presidir os trabalhos, o Sr. **Rodson Luiz Lopes** e para Secretário o Sr. **Daniel Faour Auad**, ambos já qualificados no presente instrumento. **Edital de Convocação:** Dispensado consoante o prescrito no artigo 124, §4º, da Lei 6.404/1976, em face da presença de todos os acionistas. **Ordem do Dia:** 1)- Constituição de uma Sociedade Anônima de Propósito Específico de capital fechado

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br



**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

consoante artigo 278 e 279 da Lei nº 6.404/1976 e demais disposições legais vigentes, sob a denominação **ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**, e terá sede na Rua Andrade Neves, 1215, Bairro Trianon, CEP 85.012-020, Município de Guarapuava, Estado do Paraná; com Inscrição Fiscal na prefeitura de Guarapuava sob nº 452190.0211.0035; **2)-** Análise, discussão e aprovação do estatuto social; **3)-** Eleição dos membros da Diretoria Executiva; **4)-** Aprovação da remuneração dos membros da Diretoria Executiva; **Deliberações Tomadas:** **1)-** Instalada a assembleia, foi lida e discutida a ordem do dia, deliberando os presentes por unanimidade de votos pela constituição de uma Sociedade Anônima de Propósito Específico de capital fechado, com a denominação de **ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**, com capital social de R\$ 14.250.600,00 (quatorze milhões, duzentos e cinquenta mil e seiscentos reais) representado por 14.250.600 (quatorze milhões, duzentos e cinquenta mil e seiscentos) ações ordinárias nominativas com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscritas pelos presentes na forma dos boletins de subscrição e recibo de depósito bancários, que serão levados a arquivamento na Junta Comercial do Paraná, juntamente com esta Ata, na forma de **ANEXO I**; **2)-** O modelo de Estatuto Social previamente proposto e entregue aos participantes foi lido, discutido e aprovado por unanimidade de votos dos acionistas presentes, que o subscrevem e autorizam o arquivamento na Junta Comercial do Paraná na forma de **ANEXO II** a esta Ata; **3)-** Foram eleitos para compor a Diretoria Executiva da Companhia, com mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberará sobre as Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2022 os Senhores: Para **Diretor Presidente**, Rodson Luiz Lopes, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.057.648-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 532.236.329-72, domiciliado na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810 casa 26, CEP

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br

## ILUMINA GUARAPUAVA S.A.

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

81 220-310 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná e para **Diretor Vice Presidente** Daniel Faour Auad, portador do RG nº 32. 909.056-2-SSP/SP e inscrito no CPF sob o nº 309. 874.178-35, domiciliado na Rua Herminio de Mello, nº 96 Distrito Industrial Domingos Giomi no Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, CEP 13347-330. Os Diretores tomam posse nos seus cargos nesta data mediante assinatura do respectivo termo de posse, parte integrante desta Ata na forma de **ANEXO III; 4)**- Foi convencionado a renúncia *por* parte da diretoria empossada de qualquer remuneração a título de pro labore, inclusive em caso de prorrogação de mandato. Em cumprimento ao disposto no art. 80 da Lei 6.404/1976, o Presidente da Mesa está fazendo anexar os recibos totalizando o valor de R\$1.425.060,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil e sessenta reais), correspondente a 10% (dez por cento) do valor do capital social subscrito, que será depositado em nome da Companhia em conta corrente no Banco Bradesco S.A., cujo comprovante de depósito deverá ser apresentado na Junta Comercial juntamente com o arquivamento desta ata, na forma de **ANEXO IV.**

**Declaração de Desimpedimento:** Os Diretores eleitos para o primeiro mandato declaram que não estão incurso em qualquer crime que os impeça de exercer as atividades empresariais, especialmente, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, ou a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, ou contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública, ou a propriedade, em conformidade do que dispõe as regras da Lei nº 6.404/76 e parágrafo primeiro do artigo 1.011 do Código Civil Brasileiro;

**Encerramento e ata:** Finalizando os trabalhos, o Sr. Presidente deixou a palavra para



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reabertos os trabalhos, esta Ata, redigida na forma prevista pelo Artigo 130 da Lei nº. 6.404/1976, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes, que autorizam a publicação na forma de sumário. Esta é cópia fiel da ata que se encontra lavrada no livro de Atas de Assembleias Gerais.

Guarapuava (PR), 28 de outubro de 2019

Mesa

Rodson Luiz Lopes  
Presidente

Daniel Faour Auad  
Secretário

Acionistas:

Rodson Luiz Lopes por **ENGELUZ Iluminação e Eletricidade – EIRELI**

Daniel Faour Auad por **BRASILUZ Eletrificação e Eletrônica LTDA.**

**2º Tabelião de Notas da Capital - SP - Anderson Henrique**  
Rua Resolândia, 125 - República - São Paulo - SP - CEP 05223-000  
Fone: (11) 3357-8844 - 2cartões.com.br  
Lv:411 Te:398- Reconheço por autenticidade :  
**DANIEL FAOUR AUAD**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX-XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
São Paulo, 22/11/2019  
Em testemunho da Verdade  
2519161111 **ARQUIVO DOS SANTOS SANTANA-08/15/19**



**CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A**



**LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA**  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

MO DE NOTAS

SERVIÇO DISTRIAL SANTA QUITÉRIA TABELIONATO E REGISTRO CIVIL

Cid Rocha Junior - NOTÁRIO  
Av. N. S. Aparecida, 305, sala 13a - CEP: 00.440-000 - Semáforo - Curitiba/PR - Tel.: (41) 3094-9900

Selo Digital N° cx2FR.bVvEb.zyhp4-jTpGR.zx7RE

Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por Verdadeira e Autêntica a firma de RODSON LUIZ LOPES  
(por duas vezes). (RP) Dou fe, Curitiba-PR, 25 de novembro de 2019.  
Em Testemunho da Verdade

SANDRA REGINA MONTEIRO HIPPLER-Substituta Legal  
Emolumentos: R\$18,82 (VRC 43,80); Selo Notas: R\$0,80. Funrejus sem  
valor: R\$4,20. FADBP: R\$0,84 Total: R\$22,66



Dryane Nayara Alves  
- Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB N° 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A




LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)




ILUMINA GUARAPUAVA S.A.

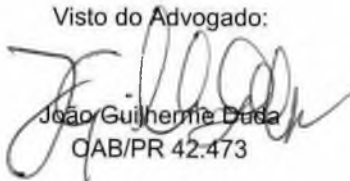
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Diretoria

  
 Rodson Luiz Lopes  
 Diretor Presidente

  
 Daniel Faour Auad  
 Diretor Vice-Presidente

Visto do Advogado:

  
 João Guilherme Duda  
 OAB/PR 42.473
TABELÃO  
DE NOTAS

2º Tabelão de Notas da Capital - SP - Anderson Henrique  
 Rua Riego Fritas, 333 - República - São Paulo - SP  
 Fone: (11) 3357-8944 - 2camorio.com.br

Lv:411 Te:399- Reconheço por autenticidade:  
 DANIEL FAOUR AUAD

XX

São Paulo, 22/11/2019

Em testemunho da Verdade

2619167611 ABRÃO DOS SANTOS SANTANA-0935/94



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
 PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11905752639. NIRE: 41300304921.  
 ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
 SECRETÁRIO-GERAL  
 CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

SERVIÇO DISTITAL SANTA QUITÉRIA TABELIONATO E REGISTRO CIVIL  
Cid Rocha Junior - NOTÁRIO  
Al. N. S. Aparecida, 305, sala 13A - CEP: 80.440-000 - Seminário - Curitiba-PR - Tel.: (41) 3094-8900

Selo Digital N° Ix2FR.bYwEb.HXhp4-jThGR.o17Qa  
Valide esse selo em [hmdj.tfunapi.com.br](http://hmdj.tfunapi.com.br)

Reconheço por Verdadeira e Autêntica a firma de RODSON LUIZ LOPES  
(JZP) Dou fe. Curitiba-PR, 26 de novembro de 2019.  
Em Testemunho da Verdade

SANDRA REGINA MONTEIRO HIPPLER-Substituta Legal  
Emolumentos: R\$8,41 (VRC 43,60); Selo Notas: R\$0,80. Funrejus sem  
valor. R\$2,10. FADEP: R\$0,42 Total= R\$11,73



Dayane Nayara Almeida  
Escrevente



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**  
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA**  
**DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

**ANEXO I**

**BOLETIM DE SUSBCRIÇÃO**

- I. **Subscritor:** ENGELUZ Iluminação e Eletricidade EIRELI., pessoa jurídica de direito privado, com na sede Rodovia Parigot de Souza, KM 254, Bloco "A" , Bairro Distrito Industrial, CEP 84950—000, na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 85.489.078/0001—74, neste ato representada pelo sócio proprietário, **Rodson Luiz Lopes**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.057.648-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 532.236.329-72, domiciliado na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810 casa 26, CEP 81 220-310 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná.
- II. **Número de ações subscritas:** 9.975.420 (nove milhões, novecentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte ações), todas nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma;
- III. **Valor da subscrição:** R\$ 9.975.420,00 (nove milhões, novecentos e setenta e cinco mil e quatrocentos e vinte reais);
- IV. **Forma e prazo de integralização:** R\$ 997.542,00 (novecentos e noventa e sete mil e quinhentos e quarenta e dois reais) neste ato, em espécie.

Guarapuava (PR), 28 de outubro de 2019.

**ENGELUZ Iluminação e Eletricidade EIRELI**  
Rodson Luiz Lopes

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

10 DE NOTAS 88

SERVIÇO DISTRITAL SANTA QUITÉRIA TABELIONATO E REGISTRO CIVIL  
Av. N. S. Aparecida, 305, sala 13a - CEP: 80.440-000 - Seminário - Curitiba/PR - Tel: (41) 3094-9900

Selo Digital Nº ax2FR.VjXeb.uThp4-jT2GR.ClcuD

Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por Verdadeira e Autêntica a firma de RODSON LUIZ LOPES  
(JZP) Doc fe. Curitiba-PR, 25 de novembro de 2019.  
Em Testemunho da Verdade

SANDRA REGINA MONTEIRO HIPPLER-Substituta Legal  
Endo: R\$6.41 (VRC 43,60), Selo Notas: R\$0.80, Funrejuv sem  
Valor: R\$2.10, FADep: R\$0.42 Total: R\$11.73



Dayane Nayara Alves  
Escrevente

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

- I. **Subscritor:** **BRASILUZ Eletrificação e Eletrônica LTDA.**, estabelecida na Rua Coronel Guilherme Rocha, nº 160, Bairro Jardim Andaraí, São Paulo/SP, CEP 02167-030, inscrita no CNPJ sob o nº 18.680.121/0001-97, neste ato, representada por seu sócio gerente **Daniel Faour Auad**, portador do RG nº 32.909.056—2 SS P/ SP e inscrito no CPF sob o nº 309.874.178—35, domiciliado na Rua Hermínio de Mello, n.º 96 Distrito Industrial Domingos Giomi, Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, CEP 13347—330
- II. **Número de ações subscritas:** 4.275.180 (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil e cento e oitenta ações), todas nominativas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma;
- III. **Valor da subscrição:** R\$ 4.275.180 (quatro milhões, duzentos e setenta e cinco mil e cento e oitenta reais);
- IV. **Forma e prazo de integralização:** R\$ 427.518,00 (quatrocentos e vinte e sete mil e quinhentos e dezoito reais) neste ato, em espécie.

Guarapuava (PR), 28 de outubro de 2019.

**BRASILUZ Eletrificação e Eletrônica LTDA.**  
Daniel Faour Auad



28 Tabelião de Notas da Capital - SP - Anderson Henrique Teixeira

Rua São Francisco, 135 - República - São Paulo - SP - CEP 01201-000

Fone (11) 3557-8844 - 20@notario.com.br

Lv:411 Te:400- Reconheço por autenticidade

DANIEL FAOUR AUAD

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

São Paulo, 22/11/2019

Em testemunho da Verdade

2619167611

ABRÃO DOS SANTOS SANTANA-8733/19

16,00



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

## ILUMINA GUARAPUAVA S.A.

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.

## RESUMO

ACIONISTAS	AÇÕES Nº	VALOR
<b>ENGELUZ Iluminação e Eletricidade EIRELI.</b> , pessoa jurídica de direito privado, com na sede Rodovia Parigot de Souza, KM 254, Bloco "A", Bairro Distrito Industrial, CEP 84950-000, na cidade de Wenceslau Braz, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ sob nº 85.489.078/0001-74, neste ato representada pelo sócio proprietário, <b>Rodson Luiz Lopes</b> , brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.057.648-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 532.236.329-72, domiciliado na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810 casa 26, CEP 81 220-310 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná	9.975.420	9.975.420,00
<b>BRASILUZ Eletrificação e Eletrônica LTDA.</b> , estabelecida na Rua Dr. Cesar, nº 530 Conjunto 1707 Santana, São Paulo/SP, CEP: 02013-002, inscrita no CNPJ sob o nº 18.680.121/0001-97, neste ato, representada por seu sócio gerente <b>Daniel Faour Auad</b> , portador do RG nº 32.909.056-2 SS P/ SP e inscrito no CPF sob o nº 309.874.178-35, domiciliado na Rua Herminio de Mello, nº 96 Distrito Industrial Domingos Giorni, Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, CEP 13347-330	4.275.180	4.275.180,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.250.600</b>	<b>14.250.600,00</b>

*[Assinatura]*  
 João Guilherme Braga  
 OAB/PR 42.473

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
 PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
 11905752639. NIRE: 41300304921.  
 ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
 SECRETÁRIO-GERAL  
 CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

ILUMINA GUARAPUAVA S.A.

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

**ANEXO II**

**ESTATUTO SOCIAL DA  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**

**CAPÍTULO I  
DA DENOMINAÇÃO, OBJETO, SEDE E DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

Artigo 1º - Com a denominação de **ILUMINA GUARAPUAVA S.A.** fica constituída a Sociedade Anônima de Propósito Específico – SPE, ou companhia, que se regerá pelo presente Estatuto, Pelo Edital de Concorrência Pública nº 01/2019, pelo Contrato de Concessão Administrativa celebrado entre a companhia e o Município de Guarapuava, Estado do Paraná, pelo que dispõe a Lei nº 6.404/76, com suas alterações e ainda, nos casos omissos, pelas normas que lhe forem aplicáveis.

**Parágrafo único** – A companhia é uma Sociedade Anônima de Propósito Específico de capital fechado.

Artigo 2º – A companhia tem por objeto social único e exclusivo a prestação de serviços de modernização, eficientização energética do parque de iluminação pública e espaços públicos municipais bem como a gestão, manutenção e operação do sistema e dos ativos da iluminação pública do Município de Guarapuava, Paraná, constante da Concorrência Pública nº 01/2019 e do Processo Administrativo 102/2019.

**Parágrafo único** – Fica desde já expressamente vedada a prática pela Companhia de quaisquer atos estranhos ao objeto social descrito no art. 2º acima.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Artigo 3º - A sociedade terá sua sede na Rua Andrade Neves, 1215, Trianon, CEP 85.012-020, Guarapuava/PR, podendo estabelecer filiais, sucursais, agências e depósitos em qualquer outra localidade do território nacional.

Artigo 4º - O prazo de duração da sociedade será até a extinção do Contrato de Concessão de iluminação pública do Município de Guarapuava, Estado do Paraná a que se refere o Edital de Concorrência Pública nº 01/2019, Processo Administrativo 102/2019.

**CAPÍTULO II  
DO CAPITAL SOCIAL E DAS AÇÕES**

Artigo 5º - O capital social subscrito da sociedade é de R\$ 14.250.600,00 (quatorze milhões, duzentos e cinquenta mil e seiscentos reais), dividido em 14.250.600 (quatorze milhões, duzentos e cinquenta mil e seiscentos) ações ordinárias nominativas de R\$ 1,00 (um real) cada uma, dos quais, R\$ 1.425.060,00 (um milhão, quatrocentos e vinte e cinco mil e sessenta reais) foi integralizado pelos acionistas.

**Parágrafo primeiro** — A Companhia não poderá, durante todo o prazo da concessão, reduzir o capital, a nenhum título, sem prévia e expressa autorização do Município de Guarapuava, Estado do Paraná.

**Parágrafo segundo** - A Companhia manterá o Poder Concedente permanentemente informado sobre o cumprimento pelos acionistas do compromisso de integralização do Capital Social, autorizando desde já o Poder Concedente a realizar diligências e auditorias para verificação da situação.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Artigo 6º - A titularidade das ações presumir-se-á pela inscrição do nome do acionista no livro de "Registro das Ações Nominativas". Qualquer transferência de ações será feita por meio da assinatura do respectivo termo no livro de "Transferência de Ações Nominativas". Mediante solicitação de qualquer dos acionistas, a Companhia poderá emitir certificados ações, que deverão ser assinados por 2 (dois) Diretores.

**Parágrafo único** – As ações poderão ser transferidas, observando-se a manutenção da titularidade do capital votante da companhia. Caso a transferência implique alteração da titularidade do controle acionário da Companhia, esta somente poderá ser efetuada após anuência formal do Poder Concedente, conforme determina o art. 27, da Lei 8.987/95.

Artigo 7º - As ações representativas do capital social são indivisíveis em relação à Companhia, e a cada ação ordinária nominativa corresponde um voto nas deliberações das assembleias gerais.

Artigo 8º - Na proporção do número de ações que possuem, os acionistas terão preferência para a subscrição do aumento de capital, observado o prazo decadencial de 30 (trinta) dias, contado da data de publicação do aviso no órgão oficial, e demais disposições pertinentes.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

ILUMINA GUARAPUAVA S.A.

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

**CAPÍTULO III  
DA ORGANIZAÇÃO SOCIAL**

Artigo 9º - São órgãos sociais:

- a)- a Assembleia Geral;
- b)- a Diretoria;
- c)- o Conselho Fiscal.

**Seção I  
Da Assembleia Geral**

Artigo 10 - As Assembleias Gerais, ordinárias e extraordinárias, serão convocadas pelo Diretor Presidente, na forma prevista no artigo 123 da Lei nº 6.404/76.

Parágrafo primeiro: A Assembleia Geral Ordinária realizar-se-á anualmente até 30 de abril no ano seguinte ao do encerramento das demonstrações contábeis da companhia, que terá por objeto:

- a)- Tomar as contas dos administradores;
- b)- Examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis;
- c)- Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos;
- d)- Eleger os Diretores e os membros do Conselho Fiscal, quando for o caso.

Parágrafo segundo: As Assembleias Gerais extraordinárias serão convocadas sempre que houver interesse da Companhia, e convocadas mediante publicações pela

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

imprensa, na forma da lei, constando a data, hora e local da reunião, bem como a ordem do dia.

Artigo 11 - Os trabalhos da assembleia serão dirigidos por mesa composta pelo Diretor-Presidente da sociedade ou, na sua falta, qualquer outro Diretor, que indicará um dos presentes para servir de secretários.

Artigo 12 - Nas Assembleias Gerais, os acionistas que não puderem comparecer poderão fazer-se representar por procuradores.

Artigo 13 - Antes da abertura da assembleia, os acionistas deverão assinar o Livro de Presença, indicando nome, nacionalidade, residência e a quantidade, espécie e classe das ações de que são titulares.

Artigo 14 - As deliberações serão tomadas por maioria absoluta de votos, sendo que os votos em branco não serão computados.

Artigo 15 - As matérias indicadas neste artigo dependem da aprovação de acionistas que representem a totalidade (100%) do capital com direito a voto da Companhia e, quando necessário, prévia autorização do Município de Guarapuava, Estado do Paraná:

- a) Quaisquer alterações do Estatuto Social;
- b) Celebração de contratos ou quaisquer outros negócios jurídicos entre a Companhia e qualquer acionista, controladores direto ou indiretos das acionistas

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

ou sócios das acionistas, ou ainda entre a Companhia e subsidiárias, sociedades controladas ou coligadas;

- c) Contratação de empréstimos e concessão de garantias em geral, tais como, exemplificativamente, avais, fianças, hipotecas, pela Companhia;
- d) Emissão de títulos representativos de dívida da Companhia;
- e) Retenção de lucros e distribuição de dividendos, observado o disposto no Artigo 31 e disposições legais aplicáveis;
- f) Quaisquer alterações no Contrato de Concessão Administrativa celebrado entre a Companhia e o Município de Guarapuava, Estado do Paraná;
- g) Dissolução, liquidação, extinção, fusão, incorporação e cisão da Companhia, bem como sua transformação em outro tipo societário;
- h) Requerimento de recuperação judicial/extrajudicial ou autofalência.

Artigo 16 - Encerrados os trabalhos, será lavrada, em livro próprio, a devida ata, assinada pelos membros da mesa e acionistas presentes.

**Seção II****Da Administração - Diretoria**

Artigo 17. A administração da sociedade compete à diretoria, em conjunto ou separadamente, com as atribuições estabelecidas pelo presente Estatuto Social.

Artigo 18. A diretoria será composta de 2 (dois) membros, Diretor Presidente e Diretor Vice-Presidente, que poderão ser acionistas ou não, residentes no país.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Parágrafo Primeiro: Os membros da Diretoria serão eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral, por maioria de votos dos acionistas ou de seus procuradores

Parágrafo Segundo: O mandato da Diretoria será de 03 (três) anos, facultada a reeleição de qualquer de seus membros, nos termos do art. 157 da Lei n.º 6.404/76.

Parágrafo Terceiro: Os membros da Diretoria tomarão posse mediante assinatura dos correspondentes termos, permanecendo nos respectivos cargos até a efetiva posse de seus sucessores.

Parágrafo Quarto: Nos limites de suas atribuições e poderes, é lícito aos Diretores constituir mandatários da companhia, devendo ser especificados no instrumento os atos ou operações que poderão praticar e a duração do mandato, que, no caso de mandato judicial, poderá ser por prazo indeterminado.

Parágrafo Quinto: Os Diretores poderão criar ou extinguir filiais.

Artigo 19. Os Diretores eleitos renunciam a qualquer remuneração a título de pro labora, inclusive em caso de prorrogação de mandato.

Parágrafo Primeiro. A participação no lucro somente será aplicável nos exercícios sociais em que for pago aos acionistas o dividendo obrigatório de que trata o art. 207 da Lei no 6.404/76.

2  
d  
n

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Artigo 20. Nos seus impedimentos temporários, o Diretor Presidente será substituído pelo Diretor Vice-Presidente, enquanto perdurarem tais impedimentos, desempenhando cumulativamente suas atribuições e poderes.

Parágrafo Primeiro. As substituições previstas neste artigo implicarão na acumulação de cargos, inclusive do direito de voto, mas não na dos honorários e demais vantagens do substituído.

Artigo 21. Em caso de vacância de qualquer Diretor, na vigência do mandato estatutário, deverá ser convocada Assembleia Geral para eleição do substituto para completar o prazo do mandato.

Artigo 22. Os diretores estão dispensados de caução da sociedade, em garantia de sua gestão, ficando investidos nos cargos.

Artigo 23. Além dos que forem necessários à realização dos fins sociais, a Diretoria é investida dos seguintes poderes:

- I)- contratar empréstimos junto a instituições financeiras, oficiais ou privadas, podendo, para tanto, constituir garantias reais sobre bens imóveis, móveis e semoventes;
- II)- adquirir, onerar e alienar bens imóveis e participações em sociedades ou empreendimentos das quais seja ou venha a ser sócia ou acionista;
- III)- prestar fianças e/ou avais em favor de outras empresas ou empreendimentos das quais a sociedade seja ou venha a ser sócia ou acionista, direta ou indiretamente, até o limite da proporção de sua participação no capital social respectivo; e
- IV)- transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Artigo 24. São atribuições do Diretor Presidente:

- I)– fixar a orientação geral dos negócios da Sociedade;
- II)– convocar a Assembleia Geral de Acionistas;
- III – aprovar as demonstrações financeiras e o relatório da administração da Sociedade e submetê-los à Assembleia Geral de Acionistas;
- IV)– aprovar a alienação de bens do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros;
- V)– representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele.
- VI)– a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da sociedade.

Artigo 25 - São atribuições do Diretor Vice-Presidente:

- I)– gestão do movimento financeiro da sociedade;
- II)– aprovar as demonstrações financeiras;
- III)– elaborar o relatório da Administração da sociedade;
- IV)– representação ativa e passiva da sociedade, em juízo ou fora dele.

**Seção III  
Do Conselho Fiscal**

Artigo 26. O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de três membros efetivos e três suplentes, acionistas ou não, eleitos pela Assembleia Geral.

Parágrafo Único. Os membros do Conselho Fiscal serão substituídos nos seus impedimentos, ou faltas, ou em caso de vaga, pelos respectivos suplentes.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

ILUMINA GUARAPUAVA S.A.

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Artigo 27. Os membros do Conselho Fiscal e seus suplentes exercerão seus cargos até a primeira Assembleia Geral Ordinária que será realizada após a sua eleição, e poderão ser reeleitos.

Artigo 28. As atribuições e poderes do Conselho Fiscal são os conferidos por lei.

Artigo 29. A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela assembleia que os eleger.

**CAPÍTULO IV  
DO EXERCÍCIO SOCIAL, RESERVAS E LUCROS**

Artigo 30 - O exercício social terá a duração de um ano, iniciando em 1º de janeiro e encerrando-se a 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que será levantado o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das mutações do patrimônio líquido ou apenas de lucros ou prejuízos acumulados, a demonstração do fluxo de caixa da companhia e a demonstração do valor adicionado. Parágrafo único. Poderão ser levantados balanços intermediários sempre que a administração julgar oportunos.

Artigo 31 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

ILUMINA GUARAPUAVA S.A.

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Parágrafo Primeiro: É assegurado aos acionistas o dividendo mínimo de 25% (vinte e cinco por cento), calculado sobre o lucro líquido do exercício diminuído dos seguintes valores:

- a) Importância destinada à constituição da reserva legal; e
- b) Importância destinada à formação da reserva para contingências, quando existente, e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores.

Parágrafo Segundo: Por deliberação dos Diretores e, observadas as disposições legais aplicáveis, a Companhia poderá pagar aos seus acionistas juros sobre o capital próprio.

**CAPÍTULO V  
DA DISSOLUÇÃO, LIQUIDAÇÃO E EXTINÇÃO**

Artigo 32 – Se houver dissolução da sociedade, a Assembleia Geral designará o liquidante e o Conselho Fiscal, que atuarão na fase de liquidação e determinará a forma em que esta deverá ser realizada.

Parágrafo único. Liquidado o passivo, na forma determinada em lei, o ativo remanescente será rateado entre os acionistas.

**CAPÍTULO VI  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

Artigo 33 – Aplicam-se aos casos omissos as disposições legais vigentes.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.****ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Artigo 34 – Quaisquer questões e controvérsias oriundas do presente Estatuto serão submetidas à Comissão de Conciliação Contratual, e perdurando o conflito, será escolhido Câmara Arbitral a escolha do Poder Concedente, nos termos da cláusula 47 e seguintes do contrato de Concessão Administrativa, conduzida por 03 (três) árbitros que são escolhidos dentre pessoas naturais, de reconhecida idoneidade e conhecimento da matéria objeto da controvérsia, podendo contemplar profissionais da área de Engenharia, Economia, Contabilidade ou Direito, devendo o árbitro presidente obrigatoriamente ser, no mínimo, Bacharel em Direito. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, para execução da sentença arbitral, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava (PR), 28 de outubro de 2019.

Rodson Luiz Lopes  
Presidente

Daniel Faour Auad  
Secretário

Visto do Advogado:

João Guilherme Duda  
OAB/PR 42.473



2º Tabelão de Notas da Capital - SP - Anderson Henrique Teodoro  
Rua: Togo Freitas, 113 - República - São Paulo - SP - CEP 02122-000  
Fone: (11) 3357-8944 - 2cartas.com.br  
Lvs:411 Ter:401- Reconheço por autenticidade:  
DANIEL FAOUR AUAD  
XX  
São Paulo, 22/11/2019 Autenticidade  
Em testemunho da Verdade R\$ 16,00  
2619167611 ASSINADO DOS SANTOS SANTANA-6825/94



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
www.empresafacil.pr.gov.br

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A

SERVIÇO DISTRITAL SANTA QUITÉRIA TABELIONATO E REGISTRO CIVIL  
CID. ROCHA JUNIOR - NOTÁRIO  
Selo Digital Nº Cx2FR.yX9Eb.m6hp4-jTnGR.cnoMG  
Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>  
Reconheço por Verdadeira a Autêntica a firma de RODSON LUIZ LOPES  
JZP; Dou fe. Curitiba-PR, 25 de novembro de 2019.  
Em Testemunho da Verdade  
SANDRA REGINA MONTEIRO HIPPLER-Substituta Legal  
Emolumentos: R\$8,41 (VRC 43,60); Selo Notas: R\$0,90. Funrejuve sem  
valor: R\$2,10. FADBP: R\$0,42 Total: R\$11,73



Dayane Nayara Alves  
Escrevente

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



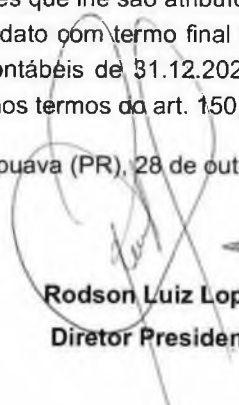
LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**  
**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA**  
**DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**  
**ANEXO III**

**TERMO DE POSSE DA DIRETORIA**

Por este instrumento e na melhor forma de direito, **Rodson Luiz Lopes**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, Empresário, portador da cédula de identidade RG nº 4.057.648-7 SSP/PR, inscrito no CPF sob o nº 532.236.329-72, domiciliado na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810 casa 26, CEP 81 220-310 na cidade de Curitiba, Estado do Paraná, eleito para o cargo de **Diretor Presidente** da Companhia **ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado; em constituição, declara, para todos os fins e efeitos legais, (i) que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) que atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (iii) que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Sociedade, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Sociedade, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, e toma posse do seu cargo como **Diretor Presidente** da Companhia, cargo para o qual foi eleito nesta data, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Sociedade, durante mandato com termo final na Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações contábeis de 31.12.2022, permanecendo no cargo até a posse dos novos Diretores nos termos do art. 150, §4º, da Lei 6.404/76.

Guarapuava (PR), 28 de outubro de 2019.

  
**Rodson Luiz Lopes**  
**Diretor Presidente**



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)



SERVIÇO DISTRITAL SANTA QUITÉRIA TABELIONATO E REGISTRO CIVIL  
Cid Rocha Junior - NOTÁRIO  
Av. N. S. Aparecida, 305, sala 13a - CEP: 81.440-000 - Santa Lúcia - Curitiba/PR - TEL: (41) 3094-9900

Selo Digital N° Fx2FR.V3Xeb.03hp4-JTCGR.f2K96  
Valide esse selo em <http://funarpen.com.br>

Reconheço por Verdadeira e Autêntica a firma de RODSON LUIZ LOPES  
(JZP) Dou fe. Curitiba/PR, 25 de novembro de 2019  
Em Testemunho da Verdade

SANDRA REGINA MONTEIRO HIPPLER-Substituta Legal  
Emolumentos: R\$8,41 (VRC 43,66), Selo Notas: R\$0,80, Funrejus sem:  
Valor: R\$2,10, FADSP: R\$0,42 Total: R\$11,73



CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB N° 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**ATA DE ASSEMBLEIA GERAL DE CONSTITUIÇÃO DE SOCIEDADE ANÔNIMA  
DE PROPÓSITO ESPECÍFICO REALIZADA EM 28 DE OUTUBRO DE 2019.**

Por este instrumento e na melhor forma de direito, **Daniel Faour Auad**, portador do RG nº 32.909.056-2 SS P/SP e inscrito no CPF sob o nº 309.874.178-35, domiciliado na Rua Hermínio de Mello, nº .96 Distrito Industrial Domingos Giomi, Município de Indaiatuba, Estado de São Paulo, CEP 13347—330, eleito para o cargo de **Diretor Vice Presidente** da Companhia **ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado; em constituição, declara, para todos os fins e efeitos legais, (i) que não está impedido por lei especial, ou condenado por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade, ou a pena criminal que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, como previsto no § 1º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; (ii) que atende ao requisito de reputação ilibada estabelecido pelo §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76; e (iii) que não ocupa cargo em sociedade que possa ser considerada concorrente da Sociedade, e não tem, nem representa, interesse conflitante com o da Sociedade, na forma dos incisos I e II do §3º do art. 147 da Lei nº 6.404/76, e toma posse do seu cargo como **Diretor Vice Presidente** da Companhia, cargo para o qual foi eleito nesta data, com todos os poderes, direitos e obrigações que lhe são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Sociedade, durante mandato com termo final na Assembleia Geral que deliberar sobre as demonstrações contábeis de 31.12.2022, permanecendo no cargo até a posse dos novos Diretores nos termos do art. 150, §4º, da Lei 6.404/76.

Guarapuava (PR), 28 de outubro de 2019.

**Daniel Faour Auad**

**Diretor Vice-Presidente**

TABELÃO DE NOTAS  
DE CAPITAL SP

2º TABELÃO DE NOTAS DA CAPITAL - SP - Anderson Henrique de Moraes Assis Jr.  
Rua Rigo Freitas, 111 - República - São Paulo - SP - CEP 01278-900  
Fone: (11) 2357-8844 - 2cartorio.com.br

Lvs:411 Ter:402- Reconheço por autenticidade :  
**DANIEL FAOUR AUAD**  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
São Paulo, 22/11/2019 Autenticidade  
Em testemunho da Verdade 1 Lvs 16,00

2619167611 ASSADO DOS SANTOS SANTIAGO 0273/54

RA11051AB0040305



A validade deste documento, se impresso, fica sujeito à comprovação de sua autenticidade nos respectivos portais.  
Informando seus respectivos códigos de verificação



**Saldos**

REDE BRADESCO - CONSULTA DE SALDOS  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A. 14:40 HRS  
AGENCIA 1342 CONTA 0010636-4 11/DEZ/2019

DISPONIVEL  
= TOTAL DISPONIVEL ..... 1.425.060,00  
+ CONTA FACIL (C/C + POUP) 1.425.060,00

TOTAL DE RECURSOS ..... 1.425.060,00

SALDO DISP. P/INVEST. ..... 1.425.060,00

11/12/2019

1 de 1

14:40

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**Comprovante de Transação Bancária**

Transferências entre Contas Bradesco

Data da operação: 11/12/2019 - 14h34

Nº de controle: 005722877742566952 | Documento: 1342092

Conta de débito: Agência: 1342 | Conta: 0040320-2 | Tipo: Conta-Corrente

Empresa: ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE LTDA | CNPJ: 085.489.078/0001-74

Conta de crédito: Agência: 1342 | Conta: 10636-4 | Tipo: Conta-Corrente

Nome do favorecido: ILUMINA GUARAPUAVA S.A.

Valor: R\$ 997.542,00

Data de débito: 11/12/2019

Descrição: PAGTO A ILUMINA-PPP GUARAPUAVA

Transação está sujeita a análise. O crédito será efetuado em instantes.

**Autenticação**

ufYQdmuu Zwi7AS0U QaeCTYdG 65vQPkSE 17JhB14T 9cK@SG44 QtwWvRp c5s4e9kK  
S216QTEC WTeULmrE lWeEdbeA XBgJ7UDC gxDfBTnt \*JhKQGB1 oB6Z40nc 6CF3rml7  
44ruYMaRu eB167AW6 Q#G7A3BG 0aTaJPog 6\*dr0FTw YcAFqW5 01342000 00000400

**SAC - Serviço de  
Apoio ao Cliente** Alô Bradesco  
0800 704 8383Deficiente Auditivo ou de Fala  
0800 722 0099Cancelamentos, Reclamações e  
Informações  
Atendimento 24 horas, 7 dias por semana.Demais telefones  
consulte o site  
Fale Conosco.**Ouvidoria** 0800 727 9933 Atendimento de segunda a sexta-feira, das 8h às 18h, exceto feriados.

CERTIFICO O REGISTRO EM 16/12/2019 08:25 SOB Nº 41300304921.  
PROTOCOLO: 197234887 DE 26/11/2019. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:  
11905752639. NIRE: 41300304921.  
ILUMINA GUARAPUAVA S.A



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA  
SECRETÁRIO-GERAL  
CURITIBA, 16/12/2019  
[www.empresafacil.pr.gov.br](http://www.empresafacil.pr.gov.br)

**CÉDULA DE CRÉDITO BANCÁRIO**

(Lei nº 10.931 DE 02/08/2004)

Nº PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

Vencimento em 15/07/2030

EMITENTE ILUMINA GUARAPUAVA S.A

R\$ 4.800.000,00

1. Aos 15 dias do mês de julho de 2030 pagaremos por esta Cédula de Crédito Bancário, nos termos da Cláusula "FORMA DE PAGAMENTO" abaixo, ao **BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE**, instituição financeira pública com sede em Porto Alegre/ RS na Rua Uruguai, nº 155 - 4º andar e Agência nesta capital, inscrito no CNPJ/MF sob nº 92.816.560/0001-37 ou à sua ordem, a quantia de R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), acrescida dos encargos devidos, em moeda corrente, valor do crédito deferido para utilização em uma única parcela, com a finalidade de realização do projeto de modernização, ampliação, eficientização energética, manutenção e operação do Parque Municipal de Iluminação Pública do Município de Guarapuava/PR, composto por 21.922 unidades de iluminação pública e 22.557 luminárias, conforme previsto no contrato de Concessão nº 389/2019, firmado em 16/12/2019 entre a **EMITENTE** e o Município de Guarapuava/PR.

**2. ENCARGOS:**

2.1. **JUROS:** 3,95% a.a. (três vírgula noventa e cinco por cento ao ano), base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Taxas SELIC), divulgadas pelo Banco Central do Brasil, calculados sobre o saldo devedor, de acordo com a sistemática a seguir.

Os juros incidirão sobre o saldo devedor nas datas de suas exigibilidades ou na data de vencimento ou liquidação desta cédula, considerado, para o cálculo de juros,

a) O saldo devedor da **EMITENTE**, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios e outras despesas, será capitalizado pela Taxa SELIC diária.

b) Para efeito da capitalização acima referida, as Taxas SELIC, fator diário, divulgadas pelo Banco Central do Brasil, a serem consideradas, estarão defasadas em 2 (dois) dias úteis em relação às datas em que ocorrer a capitalização do saldo devedor;

c) O montante apurado será incorporado diariamente ao principal da dívida e exigível juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação da cédula.

2.1.2. **Exigibilidade dos Juros:** O montante apurado nos termos acima será exigível trimestralmente durante o prazo de carência, devendo seu primeiro pagamento ocorrer em 15/10/2020 e o último pagamento em 15/07/2022. Durante o período de amortização, o montante acima referido será exigido mensalmente, juntamente com as prestações do principal e no vencimento ou na liquidação desta cédula.

2.1.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa SELIC quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na cédula, será utilizada a última Taxa SELIC conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras tanto pelo credor quanto pelo devedor, quando da divulgação posterior da Taxa SELIC.

3. **INADIMPLENTO:** No caso de impontualidade nos pagamentos, a qualquer título, sem prejuízo do vencimento antecipado e da imediata exigibilidade de toda a dívida e das demais cominações legais e convencionais, sobre os valores em atraso serão cobrados, por dia de

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

**CARTÓRIO**

Autenticação Digital Código: 101662112208718223877-1  
Data: 21/12/2020 16:10:15  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX56282-OA40;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular**TJPB**



atraso e enquanto perdurar a inadimplência, os juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês) capitalizados mensalmente, e atualização monetária calculada "pro rata die" com base na variação percentual do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV, referente ao mês anterior ao de competência do cálculo. Na hipótese de vencimento antecipado da dívida, por qualquer motivo, os encargos incidirão sobre todo o saldo devedor.

**3.1. Multa de Inadimplemento:** O BRDE terá ainda, em caso de inadimplemento, o direito à multa convencional de 2% (dois por cento), devida em caso de cobrança em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, incidente sobre o principal e acessórios em débito, ficando estabelecido que a referida multa não se destinará à cobertura de despesas administrativas, judiciais e/ou honorários advocatícios.

#### **4. TRIBUTOS, TARIFAS BANCÁRIAS E OUTRAS DESPESAS:**

**4.1. Responsabilidade por Despesas:** São de responsabilidade da **EMITENTE** os tributos incidentes e os que vierem a incidir sobre a presente operação, bem como todas as demais despesas a ela relacionadas ou dela decorrentes, inclusive as de registros desta cédula e de seus termos aditivos as quais, eventualmente, poderão vir a ser adiantadas pelo **BRDE**.

**4.1.1.** Obriga-se a **EMITENTE** a reembolsar, no prazo de 10 (dez) dias da data em que forem debitadas, as despesas adiantadas nos termos do item anterior, assim como aquelas que o **BRDE** fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório, sob pena de incidência, sobre os respectivos valores, dos encargos previstos nesta cédula para os casos de inadimplemento.

**4.1.2.** Na hipótese da despesa realizada pelo **BRDE** relacionar-se a mais de uma operação, a importância respectiva será lançada na conta referente a qualquer dos instrumentos contratuais.

**4.2. Tributos:** cada liberação de recursos estará sujeita, se for o caso, na forma da legislação pertinente, ao Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativa a Títulos ou Valores Mobiliários – IOF.

**4.3. Comissão de Reserva de Crédito:** 0,1% (um décimo por cento por período de trinta dias ou fração) dependendo da disponibilidade de recursos do **BRDE**, incidente sobre:

- a) o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir do dia imediato ao de sua disponibilidade e até a data da utilização, quando será exigível seu pagamento.
- b) o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao de sua disponibilidade e até a data do cancelamento, quando será exigível seu pagamento.

**4.4. Tarifas dos Serviços prestados:** Serão devidas as seguintes tarifas:

**4.4.1. Análise do Projeto:** 0,40 % (quarenta décimos por cento) do valor do crédito concedido, exigível no ato da primeira liberação. O montante que já houver sido pago a esse título, anteriormente à emissão desta cédula, será abatido do valor devido;

**4.4.2. Fiscalização e Acompanhamento:** 1,34 % (um inteiro e trinta e quatro décimos por cento) do valor da dívida representada por esta cédula, exigível no ato da primeira liberação de recursos.

**4.4.3. Renovação de Ficha Cadastral:** Exigível anualmente, somente para as pessoas jurídicas, com vencimento no dia 15 do mês de aniversário da operação mais antiga ainda em vigor, ou mediante a emissão de boleto bancário específico.

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

2

Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autentica a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. \*\*\*\*\* Confira os dados do ato em: <https://selodigital.tjpb.jus.br> ou Consulte o Documento em: <https://azevedobastos.not.br/documento/101662112208718223877>











b) **CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS EMERGENTES DO CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019:** Por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos sobre Fluxo de Recebíveis e outras Avenças, celebrado nesta data e que é parte integrante deste contrato, a **EMITENTE** cede fiduciariamente ao **BRDE** os direitos emergentes da concessão de que a **CEDENTE** é titular em decorrência do **CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019**, celebrado entre a **EMITENTE** e o Município de Guarapuava/PR, compreendendo, mas não se limitando a: i) os direitos de crédito decorrentes do fluxo de recebíveis da **EMITENTE** oriundos do **CONTRATO DE CONCESSÃO 389/2019**; ii) a totalidade dos recursos depositados na **CONTA VINCULADA** de titularidade da **EMITENTE** no Banco **BRADERCO S.A.**, e na rubrica **INVESTIMENTO RESERVA** do Financiamento **BRDE-PROMOVE SUL** associada à mesma conta, na qual serão depositados os recursos do fluxo de recebíveis da **EMITENTE** oriundos do **CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019**, e em especial o saldo do referido **INVESTIMENTO RESERVA** correspondente a 6 (seis) meses do serviço da dívida deste financiamento; e iii) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem depositados na **CONTA VINCULADA**, incluindo receitas acessórias, indenizações, e todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreos, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do **CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019**.

c) **CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA (Garantia Extraprojeto):** Por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos sobre Aplicação Financeira e outras Avenças, celebrado nesta data e que é parte integrante deste contrato, a **CREDITADA** cede fiduciariamente ao **BRDE** os direitos sobre aplicação financeira de sua titularidade, na modalidade Certificado de Depósito Bancário – CDB junto ao Banco **BRADERCO S.A.**, no valor nominal total de **R\$ 4.144.312,50** (quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos).

**Parágrafo único.** A Garantia Extraprojeto mencionada acima será liberada mediante o atendimento das seguintes condições: i) que a **EMITENTE** se encontre em dia com todas as obrigações contratuais perante o **BRDE**; ii) após o término de execução do quarto marco de eficiência e início do fluxo financeiro com Fator de Modernização e Eficiência (FME) de 100% (cem por cento), previsto no Cronograma de Modernização e Eficiência, conforme Anexo 5 do **CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019**; e iii) após recebimento e análise pelo **BRDE** do “Termo de Recebimento da Rede Municipal de Iluminação Pública Inteligente”, emitido pelo **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, conforme definido nas Cláusulas 2.1.54 e 14.10 do mesmo Contrato, atestando a conclusão do objeto contratado.

**10. SEGUROS:** Quando aplicável, a **EMITENTE** manterá, às suas expensas, os bens objeto da garantia segurados em favor do **BRDE** até a final liquidação da dívida, inclusive durante o período de transporte, por valores de reposição e contra os riscos que o **BRDE** determinar, em seguradora brasileira.

**10.1.** As apólices de seguros deverão consignar cláusula especial em favor do **BRDE**, de acordo com o seguinte modelo: “a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, sem prévia e expressa anuência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - **BRDE**, na qualidade de credor hipotecário ou pignoratício, ao qual será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro”.

**10.2.** As indenizações devidas em caso de sinistro poderão, a critério do **BRDE**, ser

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

*[Assinatura]*

4







aplicadas na amortização de eventual saldo devedor desta cédula ou, em decisão conjunta entre o BRDE e a EMITENTE, ser utilizadas na reconstrução dos bens sinistrados, ou ainda, na aquisição ou construção de outros bens, os quais deverão ser incorporados à garantia real desta cédula.

**11. CONDIÇÕES DE LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** A liberação dos recursos está sujeita, cumulativamente, ao atendimento das seguintes condições:

- a) Registro das garantias desta cédula, na forma da lei, e devolução ao BRDE do original acompanhado dos comprovantes dos registros efetuados;
- b) Regularização do seguro dos bens objeto da garantia, quando aplicável;
- c) Entrega ao BRDE do valor equivalente à tarifa de fiscalização, quando esta for devida;
- d) Adimplência perante o BRDE pela EMITENTE, pelos Intervenção, bem como pelas empresas que compoñham o Grupo Econômico do EMITENTE;
- e) Apresentação pela EMITENTE da Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e a Dívida Ativa da União (CND), ou a Certidão Positiva com efeitos de Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPEND) expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- f) Comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais ou, quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da EMITENTE a respeito;
- g) Comprovação da inexistência de qualquer fato que, a critério do BRDE, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da EMITENTE, ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado;
- h) Apresentação da Ordem Inicial de Serviços emitida pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, conforme previsto na Cláusula 12.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, e comprovação de sua publicação no Boletim Oficial do Município (BOM);
- i) Apresentação das Apólices de Seguro exigidas conforme a Cláusula 24 e Anexo 14 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, contendo cláusula beneficiária em favor do BRDE;
- j) Comprovação da constituição de Garantia de Execução do Contrato, a qual deverá atender os requisitos indicados na Cláusula 38 e Anexo 14 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, contendo cláusula beneficiária em favor do BRDE;
- k) Comprovação da constituição, pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, de Conta Vinculada em instituição financeira depositária, conforme prevista na Cláusula 37 e Anexo 14 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, destinada ao recebimento dos recursos dos pagamentos da CIP (Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública) e ao trânsito dos recursos da mesma durante todo o prazo da concessão objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019;
- l) Comprovação da constituição, pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, de Conta Reserva, na mesma instituição financeira depositária prevista no item acima, conforme prevista nas Cláusulas 3.5 a 3.9 do Anexo 14 ao CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, bem como existência do saldo mínimo correspondente a 2 (duas) vezes o valor máximo da Contraprestação Mensal;

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

5



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101662112208718223877-5  
Data: 21/12/2020 16:10:16  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX56286-Z17G;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





m) Comprovação de atendimento ao disposto na Cláusula 13 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, mediante apresentação de: i) Plano estratégico; ii) comprovação da integralização do capital social da EMITENTE, no valor mínimo de R\$ 13.116.398,40, (treze milhões, cento e dezesseis mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, conforme previsto na Cláusula 13.4.1 do mesmo; e iii) Comprovação da operacionalização do CCO – Centro de Controle Operacional definitivo;

n) Comprovação da abertura, mediante apresentação de contrato firmado com o Banco BRADESCO S.A., da seguinte conta de titularidade da EMITENTE: i) Conta Vinculada BRDE, na qual deverão ser depositados integralmente os valores totais devidos pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA à EMITENTE, conforme os termos da Cláusula 3 do Anexo 14 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019; a referida Conta Vinculada deverá conter a rubrica Investimento Reserva BRDE relativa ao presente financiamento (Investimento Reserva Financiamento BRDE-PROMOVE SUL), em cujo contrato com o Banco BRADESCO deverá constar que este se responsabilizará pela manutenção, na referida rubrica Investimento Reserva, do valor equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida, constituído de principal, juros e demais acessórios, a ser informado pelo BRDE, que a EMITENTE se obriga a deixar ali depositado. Deverá constar ainda no referido contrato de abertura de contas que, em caso de inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, o BRDE poderá movimentar a referida rubrica Investimento Reserva para quitação dos valores em atraso;

o) A liberação da segunda, terceira e quarta parcelas do crédito é condicionada à apresentação da comprovação física e financeira correspondente ao valor da parcela anteriormente liberada, bem como do Termo de Aceite emitido pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, atestando o cumprimento das especificações do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019 e seus Anexos, referentes ao Primeiro Marco de efficientização no caso da segunda parcela, ao Segundo Marco de efficientização no caso da terceira parcela e ao Terceiro Marco de efficientização no caso da quarta parcela.

11.1. Os recursos serão transferidos pelo BRDE à EMITENTE através de cheques nominais, ordens de pagamento ou mediante transferências bancárias a crédito da EMITENTE, ou ainda diretamente ao fornecedor dos bens ou prestador do serviço, em conta corrente de sua titularidade ou à sua ordem. A assinatura deste instrumento de crédito representa a outorga de poderes para tanto, sem que isso implique a responsabilidade do BRDE pela qualidade desses bens ou serviços.

11.2. As liberações serão suspensas, com a consequente redução do financiamento no valor não liberado, caso os recursos não sejam utilizados até o primeiro dia útil do mês anterior ao da primeira amortização.

**12. AVALISTAS E INTERVENIENTES:** Os AVALISTAS e os INTERVENIENTES obrigam-se a cumprir todas as disposições legais e cedulares que lhes forem pertinentes, responsabilizando-se, os primeiros, pelo pagamento integral da dívida avalizada, compreendendo, além do principal, todos os encargos, despesas e demais acessórios.

**13. VENCIMENTO ANTECIPADO:** A utilização do crédito será suspensa e esta cédula será considerada vencida antecipadamente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos casos de:

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

6







- a) Inadimplemento da **EMITENTE**, dos Intervenientes, ou de empresa do mesmo Grupo Econômico do Emitente quanto às obrigações contraídas neste instrumento, ou decorrentes de lei, bem como de outras obrigações contraídas com o **BRDE**;
- b) A **EMITENTE** ou qualquer Interveniente Prestador de Garantia ser declarado falido, requerer recuperação judicial, ou se tornar insolvente;
- c) O controle efetivo da **EMITENTE**, direto ou indireto, sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do **BRDE**;
- d) Cessão ou transferência, a qualquer título, dos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como qualquer forma de alienação ou oneração dos bens financiados e/ou integrantes da garantia, sem prévia e expressa autorização do **BRDE**;
- e) Ausência de seguro obrigatório, procedimento judicial ou qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas;
- f) Ocorrência de qualquer hipótese de antecipação legal do vencimento;
- g) Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto financiado e/ou aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista neste instrumento, sem prejuízo de o **BRDE** comunicar esse fato ao Ministério Público Federal para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16/08/86;
- h) Existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela **EMITENTE**, que importem em i) trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta, observado o devido processo legal; ii) crime de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo; iii) prática de atos de corrupção, fraude ou práticas anticoncorrenciais praticadas originadas nos recursos obtidos por meio do presente financiamento;
- i) Se for comprovada, a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da **EMITENTE**, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão, naqueles documentos, de dispositivo que importe em:
- l) restrições à capacidade de crescimento da **EMITENTE** ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
- ll) restrições de acesso da **EMITENTE** a novos mercados; ou
- lll) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.
- j) Descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas na Cláusula Terceira do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e outras avenças, firmado entre a **EMITENTE**, seus acionistas e o **BRDE**, nesta data.

13.1. Na ocorrência do mencionado na alínea "g", sem prejuízo das hipóteses de vencimento antecipado, a **EMITENTE** ficará sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos liberados e não comprovados, acrescido dos encargos devidos – ajustados neste instrumento – a partir do dia seguinte fixado através de notificação judicial ou extrajudicial, até a data da efetiva liquidação do débito.

14. **OBRIGAÇÕES DA EMITENTE:** Além do cumprimento das obrigações financeiras decorrentes deste instrumento, a **EMITENTE** obriga-se ainda a cumprir as seguintes

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 101662112208718223877-7  
Data: 21/12/2020 16:10:16  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX56288-K4CR;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Váber Azevêdo Miranda Cavalcanti  
TJPB





disposições especiais:

- a) Cumprir, no que couber, todas as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo BRDE que declara conhecer e se obriga a aceitar, bem como as normas do Banco Central do Brasil;
- b) Permitir ao BRDE o livre acesso às suas dependências e aos seus registros contábeis para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada;
- c) Mencionar, expressamente, a cooperação do BRDE como entidades financiadoras, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento;
- d) Cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência deste instrumento, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;
- e) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante a vigência deste instrumento, comprometendo-se a comprovar ao BRDE, quando solicitado, o cumprimento desta condição e a da alínea "f" acima;
- f) Manter o BRDE permanentemente informado da situação geral, econômica, financeira, técnica e administrativa de sua empresa e do projeto financiado remetendo, até trinta dias após a sua formalização as atas de assembleia geral, alterações contratuais, balanços ou balancetes, que refletirem quaisquer modificações dos dados enviados para a análise do crédito;
- g) Manter registros contábeis em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, compreendendo todas as fontes utilizadas, comprovando, quando solicitado, a devida aplicação dos recursos previstos no Quadro de Usos e Fontes do Projeto;
- h) Comunicar ao BRDE, no prazo de até 30 dias do evento, qualquer ocorrência que modifique o projeto ou o Cronograma de Usos e Fontes, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;
- i) Tomar as providências que lhe couberem para manter a relação garantias mencionadas na Cláusula 9, acima, íntegras até a total liquidação do saldo devedor deste financiamento, abstendo-se de conceder preferência a outros credores, gravar ou transferir os bens da garantia sem expressa e prévia anuência do BRDE;
- j) Manter em dia suas obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, seguratória e de caráter social, especialmente em relação aos bens da garantia, exibindo ao BRDE, quando solicitados, os respectivos documentos comprobatórios;
- k) Observar durante o prazo de vigência deste instrumento o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.
- l) Nas operações garantidas por cessão de direitos creditórios, comprovar a ciência do devedor do crédito cedido a respeito do penhor constituído, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou mediante instrumento público ou particular, registrado no referido registro público, da sede do domicílio do devedor e da sede do domicílio do credor do crédito cedido.
- m) Aplicar os recursos recebidos unicamente na execução do projeto objeto deste Instrumento Contratual (conforme Quadro de Aplicação de Recursos);
- n) Aportar os recursos próprios previstos para a execução do projeto, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

8

*[Assinatura]*





o) Apresentar ao BRDE, na hipótese de operação passível de ser caracterizada como ato de concentração na forma prevista nos art. 88 e 90 da Lei 12.529 de 30.11.2011 de decisão final do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE quanto a sua aprovação, ou manifestação formal dessa autarquia no sentido de que o mesmo não se configura como ato de concentração econômica.

p) Notificar o **BRDE**, em até 30 (trinta) dias corridos da data em que tomar ciência, de que ela ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, mandatários, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao projeto, encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento e/ou processo, judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a Administração Pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento a terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável, desde que não estejam sob sigilo ou segredo de justiça, devendo, quando solicitado, pelo **BRDE** e sempre que disponível, fornecer cópias de eventuais decisões proferidas e de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais firmados no âmbito dos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos. Para fins dessa obrigação, considera-se ciência da **EMITENTE**:

II) o recebimento de citação, intimação ou notificação, judicial ou extrajudicial, efetuadas por autoridade judicial ou administrativa, nacional ou estrangeira;

II) a comunicação do fato pela **EMITENTE** à autoridade competente; e

III) a adoção de medida judicial ou extrajudicial pela **EMITENTE** contra o infrator.

q) Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da colaboração financeira, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de “lavagem” ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável e a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, mandatários, empregados, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao projeto, seus ou de suas controladas, de fazê-lo.

r) Notificar o Município de Guarapuava sobre a contratação do financiamento instrumentalizado por meio desta cédula, em até 30 (dias) da sua assinatura, bem como da obrigação daquele Município de informar ao **BRDE**, concomitantemente à comunicação para a própria **EMITENTE**, sobre descumprimentos do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019 pela **EMITENTE**, conforme os termos da Cláusula 30.7 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019.

**15. CONDIÇÕES ESPECIAIS – ASSUNÇÃO DO CONTROLE OU ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA DA EMITENTE:** Sem prejuízo de quaisquer direitos conferidos ao BRDE neste ou em outros Contratos de Financiamento, nos Contratos de Garantia ou na lei, os **ACIONISTAS DA EMITENTE** e a **EMITENTE** outorgam, ainda, ao BRDE, na ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações deste contrato, das obrigações garantidas ou do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019 (que o inviabilize ou coloque em risco), o direito de:

④

Autenticação Digital Código: 101662112208718223877-9  
Data: 21/12/2020 16:10:16  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX56290-MBPJ;



CNJ: D6 870-0

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Válber Azevedo de Miranda Cavalcant  
Titular

TJPB



- (I) requerer a destituição de todos ou de qualquer um dos membros da Diretoria da EMITENTE; e/ou
- (II) aprovar, prévia e expressamente, por escrito, para fins do disposto no artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, e adicionalmente às matérias previstas na Cláusula 4.2 acima, a nomeação de novos membros da Diretoria da EMITENTE que venham a ser eleitos pelos ACIONISTAS. O exercício do direito de veto previsto nesta Cláusula deverá ser sempre exercido de maneira justificada. Os membros da Diretoria da EMITENTE cuja destituição tenha sido solicitada conforme o item (i) acima deverão permanecer em seus cargos até a eleição dos novos membros.
- (III) promover alterações nos atos constitutivos da EMITENTE, visando sua administração temporária, nos termos do art.5º-A, II da Lei nº11.079/2004, que lhe garantam o direito de: a) indicar os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal; b) exercer o poder de veto sobre qualquer proposta submetida à votação que represente ou possa representar prejuízos para a administração temporária; c) outros poderes necessários para o exercício da administração temporária.
- (IV) exercer o direito de assunção do controle da EMITENTE, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação do serviço, nos termos do art.5º-A, II da Lei nº11.079/2004.
- (V) Para fins de exercício dos direitos previstos nesta Cláusula, o BRDE deverá notificar os ACIONISTAS, a INTERVENIENTE ANUENTE e o MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, por escrito, com cópia para a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR"). Uma vez recebida a notificação feita pelo BRDE, os ACIONISTAS e a INTERVENIENTE ANUENTE terão 7 (sete) Dias Úteis para tomar todas as medidas societárias necessárias à resolução do inadimplemento e atendimento do quanto indicado pelo BRDE.
- (VI) O exercício dos direitos previstos nos itens III e IV desta cláusula, bem como a hipótese de transferência de controle a terceiros, dependerá de prévia autorização do MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, a ser solicitada mediante notificação pelo BRDE.

**16. MEIO AMBIENTE:** As seguintes regras regerão a relação da EMITENTE com o BRDE, no que diz respeito aos possíveis efeitos do projeto/equipamento financiado junto ao meio ambiente:

- a) Caso o projeto financiado venha a provocar qualquer dano ambiental efetivo, fato assim considerado pela legislação federal ou estadual vigentes em relação à matéria, o BRDE exigirá do financiado a imediata reparação do dano ocorrido, sem prejuízo da suspensão das liberações até a total eliminação da causa do dano;
- b) Na hipótese de haver sido liberada a totalidade dos recursos poderá o BRDE decretar o vencimento antecipado da cédula com todas as consequências previstas na cláusula de vencimento antecipado, caso não haja imediata reparação do dano havido e a total eliminação da causa do dano;
- c) Na hipótese do BRDE vir a ser acionado judicialmente, por quem quer que seja, com a finalidade de responder financeiramente por dano ambiental causado pelo projeto financiado e, em tendo que efetivamente fazê-lo, fica desde já assegurado seu direito de regresso contra o devedor, ora financiado;

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

10



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101662112208718223877-10  
Data: 21/12/2020 16:10:16  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX56291-G2IT;



CNJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**

Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Válber Azevedo Miranda Cavalcanti  
TJPB





**17. AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS:**

a) A EMITENTE autoriza o BRDE a, durante a vigência do presente instrumento, promover a abertura de um cadastro em seu nome, prestar, solicitar e receber informações originadas do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil - SCR, ou de quaisquer outras fontes oficialmente constituídas, compartilhando com essas fontes as informações existentes. Por outro lado, declara ter ciência de que o BRDE, por força de determinação do Conselho Monetário Nacional, está obrigado a prestar informações ao Banco Central do Brasil - BACEN sobre a situação contábil deste e de todos os créditos de sua responsabilidade. Esta autorização será automaticamente estendida a qualquer outra entidade que no prazo de vigência deste instrumento venha a substituir e/ou complementar esses órgãos em sua competência e função.

b) A EMITENTE autoriza a divulgação externa desta cédula, independentemente de seu registro em cartório.

**18. RESPONSABILIDADE NA SUCESSÃO EMPRESARIAL:** Na hipótese de sucessão empresarial, os eventuais sucessores da EMITENTE responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes deste instrumento contratual. Não se aplica o disposto nesta cláusula se houver prévia anuência do BRDE ao afastamento da solidariedade na cisão parcial.

**19. FORO:** O foro da presente cédula é o da Comarca de Curitiba/PR.

**20. RECONHECIMENTO DE FIRMAS:** As partes signatárias do presente instrumento aceitam que as suas firmas sejam reconhecidas por semelhança, assumindo a responsabilidade civil e criminal por esta aceitação, conforme Provimento nº 147, de 20/05/2008, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**21. CERTIDÕES:** A EMITENTE apresentou as seguintes certidões:

Documento	Órgão	Emissão	Validade	Identificador
CND Conjunta Federal	SRF/PGFN	16/06/2020 16:28:54	13/12/2020	E364.3727.7F81.54BD
CR FGTS	CEF	20/06/2020	19/07/2020	2020062001240787242719
Recibo de entrega da RAIS	Secretaria do Trabalho/ME	24/03/2020	Ano-base 2019	389.7561.1278.744.02
Lista Trabalho Escravo	Secretaria do Trabalho/ME		Lista verificada em 29/06/2020 EMITENTE não relacionada	

**22. EMITENTE:** ILUMINA GUARAPUAVA S.A, Sociedade de Propósito Específico, constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.792.994/0001-00, com sede na Rua Andrade Neves, 1215, Bairro Trianon, CEP 85.012-020, Guarapuava/PR, regida por seu Estatuto Social, pelo Edital de Concorrência Pública nº 001/2019 do Município de Guarapuava/PR, pelo Contrato de Concessão Administrativa nº 389/2019, celebrado em 16/12/2019 entre a Sociedade e o Município de Guarapuava, pelo disposto na Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis, neste ato representada por seu

CCB PR-59.040/BRDE/PROMOVE SUL

11



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 101662112208718223877-11  
Data: 21/12/2020 16:10:17  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX56292-PDM7;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estado, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
https://azevedobastos.not.br

Bel. Váiber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB







Diretor Presidente, **RODSON LUIZ LOPES**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 4.057.648-7 SSP/PR, CPF nº 532.236.329-72, domiciliado na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810, casa 26, Campo Comprido, CEP 81.220-310, em Curitiba/PR, e por seu Diretor Vice-Presidente, **DANIEL FAOUR AUAD**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricista, portador do RG nº 32.909.056-2 SSP/SP, CPF nº 309.874.178-35, domiciliado na Rua Hermínio de Mello, nº 96, Distrito Industrial Domingos Giomi, CEP 13.347-330, Indaiatuba/

**23. AVALISTAS:** **ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE - EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, CNPJ nº 85.489.078/0001-74, com sede e foro na Rodovia Parigot de Souza, KM 254, Bloco "A", Distrito Industrial, CEP 84.950-000, em Wenceslau Braz, PR, neste ato representada por **RODSON LUIZ LOPES**, já qualificado; **BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade empresarial limitada, CNPJ nº 18.680.121/0001-97, com sede e foro na Rua Coronel Guilherme Rocha, 160, Bairro Jardim Andaraí, CEP 02167-030, em São Paulo/SP, neste ato representada por **DANIEL FAOUR AUAD**, já qualificado, e **JORGE MARQUES MOURA**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador do RG nº 4.825.850-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 761.631.568-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com escritório na Rua Simoni Martini, nº 300, Jardim Itapema, CEP 03573-170; **RODSON LUIZ LOPES**, acima qualificado; **JOANI RAWLYK LOPES**, brasileira, funcionária pública, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora do RG nº 4.178.728-7 SSP/PR, CPF nº 508.591.619-00, domiciliada na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810, casa 26, Campo Comprido, CEP 81.220-310, em Curitiba/PR; **DANIEL FAOUR AUAD**, já qualificado; **MARIANNA JORGE AUAD**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, portadora do RG nº 22.423.112-1 SSP/SP, CPF nº 219.956.758-30, domiciliada na Rua Hermínio de Mello, nº 96, Distrito Industrial Domingos Giomi, CEP 13.347-330, Indaiatuba/SP; e **JORGE MARQUES MOURA**, já qualificado.

**24. INTERVENIENTES ANUENTES (ACIONISTAS):** **ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE - EIRELI**, acima qualificada, e **BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.**, acima qualificada.

Curitiba, 30 de junho de 2020.

EMITENTE:

ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE S.A.  
Rodson Luiz Lopes





**AVALISTAS:**

ENGELUZ ILUMINAÇÃO PÚBLICA EIRELI  
Rodson Luiz Lopes

BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.

Daniel Faour Auad

Jorge Marques Moura

RODSON LUIZ LOPES

JOANI RAWLYK LOPES

DANIEL FAOUR AUAD

MARIANNA JORGE AUAD

JORGE MARQUES MOURA

**INTERVENIENTES ANUENTES:**

ENGELUZ ILUMINAÇÃO PÚBLICA EIRELI  
Rodson Luiz Lopes



BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.  
Daniel Faour Auad

Jorge Marques Moura

VIA NÃO NEGOCIÁVEL







**ANEXO I - ORÇAMENTO**

O crédito aberto por esta cédula será utilizado para os fins nela descritos.

INVESTIMENTO		1ºsem 2020	2ºsem 2020	1ºsem 2021	2ºsem 2021	Total
1.	<b>Luminárias (eficientização)</b>	<b>4.926.996,59</b>	<b>5.623.991,53</b>	<b>3.078.133,18</b>	<b>3.844.315,93</b>	<b>17.473.437,24</b>
1.1	Substituição novas Luminárias	4.923.930,00	5.618.625,00	3.072.000,00	3.832.049,57	17.446.604,57
1.2	Vandalismo	3.066,59	5.366,53	6.133,18	12.266,37	26.832,67
2.	<b>Telegestão</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>256.000,00</b>	<b>256.000,00</b>
2.1	Telegestão		0,00	0,00	254.400,00	254.400,00
2.2	Vandalismo		0,00	0,00	1.600,00	1.600,00
3.	<b>Obras Especiais</b>	<b>0,00</b>	<b>1.490.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.490.000,00</b>
3.1	Obras Especiais (XV de Novembro)	860.000,00	1.490.000,00	0,00	0,00	2.350.000,00
4.	<b>CCO</b>	<b>138.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>138.100,00</b>
4.1	Móveis, equipamentos e informática	138.100,00	0,00	0,00	0,00	138.100,00
5.	<b>Veículos para Operação</b>	<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>
5.1	Caminhões e veículos leves	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
<b>TOTAL</b>		<b>5.965.096,59</b>	<b>7.113.991,53</b>	<b>3.078.133,18</b>	<b>4.100.315,93</b>	<b>20.257.537,24</b>
FONTES						
Promove Sul		1.400.000,00	1.700.000,00	750.000,00	950.000,00	4.800.000,00
AFD		3.500.000,00	4.234.000,00	1.777.250,00	2.266.000,00	11.777.250,00
<b>TOTAL</b>		<b>4.900.000,00</b>	<b>5.934.000,00</b>	<b>2.527.250,00</b>	<b>3.216.000,00</b>	<b>16.577.250,00</b>

Curitiba, 30 de junho de 2020.

EMITENTE:

ILUMINA GUARAPUAVA S.A  
Rodson Luiz Lopes

CREDOR:

TIAGO MARQUARDT PESCH  
Gerente de Operações Adjunto

SERGIO TOSHIMI SATO  
Gerente de Operações Adjunto

BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE







REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



## DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **21/12/2020 16:13:06 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 101662112208718223877-1 a 101662112208718223877-16

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b5df7285b8c6a21225c0bbdfb7133a2a9e53732b5b1512947d40b51b908aa6beaac3831564f144b546e190a83b3d44135  
cba4fab5fe82032158186944374bf5c0



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.



**CONTRATO DE ABERTURA DE CRÉDITO FIXO PR-59.039/AFD-EURIBOR**

**BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE**, instituição financeira pública com sede em Porto Alegre, RS, na Rua Uruguai, nº 155, 4º andar, e Agência nesta Capital, inscrito no CNPJ sob nº 92.816.560/0001-37, doravante denominado simplesmente **BRDE**, representado na forma da Procuração lavrada em 18 de fevereiro de 2020, às fls. 87, do Livro 2017-D de Procurações, no 5º Tabelionato de Notas da Comarca de Porto Alegre/RS, de um lado,

e de outro lado, **ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**, pessoa jurídica de direito privado, sociedade de propósito específico constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado, inscrita no CNPJ sob o nº 35.792.994/0001-00, com sede na Rua Andrade Neves, 1215, Bairro Trianon, CEP 85.012-020, Guarapuava/PR, regida por seu Estatuto Social, pelo Edital de Concorrência Pública nº 001/2019 do MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR, pelo CONTRATO DE CONCESSÃO Administrativa nº 389/2019, celebrado em 16/12/2019 entre a Sociedade e o MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, pelo disposto na Lei 6.404/76 e demais normas aplicáveis, neste ato representada por seu Diretor Presidente, **RODSON LUIZ LOPES**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador do RG nº 4.057.648-7 SSP/PR, CPF nº 532.236.329-72, domiciliado na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810, casa 26, Campo Comprido, CEP 81.220-310, em Curitiba/PR, e por seu Diretor Vice-Presidente, **DANIEL FAOUR AUAD**, brasileiro, casado em regime de comunhão parcial de bens, engenheiro eletricitista, portador do RG nº 32.909.056-2 SSP/SP, CPF nº 309.874.178-35, domiciliado na Rua Hermínio de Mello, nº 96, Distrito Industrial Domingos Giomi, CEP 13.347-330, Indaiatuba/SP, doravante denominada **CREDITADA**,

e, na qualidade de **FIADORES: ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE - EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI, CNPJ nº 85.489.078/0001-74, com sede e foro na Rodovia Parigot de Souza, KM 254, Bloco "A", Distrito Industrial, CEP 84.950-000, em Wenceslau Braz, PR, neste ato representada por **RODSON LUIZ LOPES**, já qualificado; **BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, constituída na forma de sociedade empresarial limitada, CNPJ nº 18.680.121/0001-97, com sede e foro na Rua Coronel Guilherme Rocha, 160, Bairro Jardim Andaraí, CEP 02167-030, em São Paulo/SP, neste ato representada por **DANIEL FAOUR AUAD**, já qualificado, e **JORGE MARQUES MOURA**, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, portador do RG nº 4.825.850-7 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 761.631.568-20, residente e domiciliado na Cidade de São Paulo/SP, com escritório na Rua Simoni Martini, nº 300, Jardim Itapema, CEP 03573-170; **RODSON LUIZ LOPES**, acima qualificado; **JOANI RAWLYK LOPES**, brasileira, funcionária pública, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, portadora do RG nº 4.178.728-7 SSP/PR, CPF nº 508.591.619-00, domiciliada na Rua José Benedito Cottolengo, nº 810, casa 26, Campo Comprido, CEP 81.220-310, em Curitiba/PR; **DANIEL FAOUR AUAD**, já qualificado; **MARIANNA JORGE AUAD**, brasileira, casada em comunhão parcial de bens, portadora do RG nº 22.423.112-1 SSP/SP, CPF nº 219.956.758-30, domiciliada na Rua Hermínio de Mello, nº 96, Distrito Industrial Domingos Giomi, CEP 13.347-330, Indaiatuba/SP; e **JORGE MARQUES MOURA**, já qualificado,

e ainda, na qualidade de intervenientes **ACIONISTAS DA CREDITADA: ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE - EIRELI**, já qualificada, neste ato representada por **RODSON LUIZ**

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101662212206984360267-1  
Data: 22/12/2020 13:44:47  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX58230-VVG2;



CNJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Válder Azevêdo da Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





LOPES, já qualificado; e BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA., já qualificada, neste ato representada por DANIEL FAOUR AUAD e JORGE MARQUES MOURA, já qualificados;

pelo presente instrumento, as partes acima nomeadas e qualificadas têm entre si justo e contratado o que segue:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - Natureza, Valor e Finalidade do Contrato:** O BRDE, por este contrato, abre em favor da CREDITADA um crédito em moeda corrente nacional, na forma da Decisão de Diretoria nº 174.899, de 24/03/2020, para repasse de recursos externos, correspondente ao DIREITO DE SAQUE da AGENCE FRANÇAISE DE DÉVELOPPEMENT – AFD, no valor equivalente a 2.500.000€ (dois milhões e quinhentos mil euros), a ser convertido em Reais (R\$), pelo valor da cotação do câmbio para compra do Euro (EUR) contratada pelo BRDE quando da internalização desses recursos externos, que representava o montante de R\$ 11.777.250,00 (onze milhões setecentos e setenta e sete mil e duzentos e cinquenta reais), considerada a cotação EURO PTAX na data-base de 11/02/2020.

**Parágrafo Único** - Os recursos decorrentes desta operação deverão ser utilizados exclusivamente no projeto de modernização, ampliação, eficientização energética, manutenção e operação do Parque Municipal de Iluminação Pública do MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR, composto por 21.922 unidades de iluminação pública e 22.557 luminárias, conforme previsto no CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, firmado em 16/12/2019 entre a CREDITADA e o MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA/PR. Tudo conforme Cronograma de Usos e Fontes a seguir transcrito:

	INVESTIMENTO	1ºsem 2020	2ºsem 2020	1ºsem 2021	2ºsem 2021	Total
1.	<b>Luminárias (eficientização)</b>	<b>4.926.996,59</b>	<b>5.623.991,53</b>	<b>3.078.133,18</b>	<b>3.844.315,93</b>	<b>17.473.437,24</b>
1.1	Substituição novas Luminárias	4.923.930,00	5.618.625,00	3.072.000,00	3.832.049,57	17.446.604,57
1.2	Vandalismo	3.066,59	5.366,53	6.133,18	12.266,37	26.832,67
2.	<b>Telegestão</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>254.000,00</b>	<b>256.000,00</b>
2.1	Telegestão		0,00	0,00	254.000,00	254.000,00
2.2	Vandalismo		0,00	0,00	1.600,00	1.600,00
3.	<b>Obras Especiais</b>		<b>1.490.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.490.000,00</b>
3.1	Obras Especiais (XV de Novembro)	860.000,00	1.490.000,00	0,00	0,00	2.350.000,00
4.	<b>CCO</b>	<b>138.100,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>138.100,00</b>
4.1	Móveis, equipamentos e Informática	138.100,00	0,00	0,00	0,00	138.100,00
5.	<b>Veículos para Operação</b>	<b>40.000,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>40.000,00</b>
5.1	Caminhões e veículos leves	40.000,00	0,00	0,00	0,00	40.000,00
	<b>TOTAL</b>	<b>5.965.096,59</b>	<b>7.113.991,53</b>	<b>3.078.133,18</b>	<b>4.100.315,93</b>	<b>20.257.537,24</b>
	<b>FONTES</b>					
	Promove Sul	1.400.000,00	1.700.000,00	750.000,00	950.000,00	4.800.000,00
	AFD	3.500.000,00	4.234.000,00	1.777.250,00	2.266.000,00	11.777.250,00
	<b>TOTAL</b>	<b>4.900.000,00</b>	<b>5.934.000,00</b>	<b>2.527.250,00</b>	<b>3.216.000,00</b>	<b>16.577.250,00</b>

**CLÁUSULA SEGUNDA - Disponibilidade do Crédito:** O crédito ora aberto, que será posto à disposição da CREDITADA, constitui-se no repasse de parte dos recursos captados em moeda estrangeira, no âmbito do contrato de abertura de crédito celebrado entre a AFD e o BRDE, cujas características, inclusive valor, taxa de juros, forma de pagamento e demais encargos financeiros, foram devidamente registrados no Sistema de Informações do Banco Central (SISBACEN), no sistema de registro declaratório eletrônico e no módulo de registro de operação financeira (RDE-ROF).

**CLÁUSULA TERCEIRA - CONDIÇÕES DE LIBERAÇÃO DOS RECURSOS:** A liberação dos recursos está sujeita, cumulativamente, às seguintes condições:

- a) Registro deste contrato e das garantias, na forma da lei, e devolução ao BRDE do

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*

*[Assinatura]*







original acompanhado dos comprovantes dos registros efetuados;

- b) Regularização do seguro dos bens objeto de garantia, quando aplicável;
- c) Entrega ao **BRDE** do valor equivalente às tarifas, quando estas forem devidas;
- d) Adimplência perante o **BRDE** pela **CREDITADA**, pelos Intervenientes, bem como pelas empresas que compoñham o Grupo Econômico da **CREDITADA**;
- e) Apresentação pela **CREDITADA** da Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), ou da Certidão Positiva com Efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CPD-EN), expedidas conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil e pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;
- f) Comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais ou, quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da **CREDITADA** a respeito;
- g) Comprovação da inexistência de qualquer fato que venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da **CREDITADA**, ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pela **AFD**;
- h) Aprovação do Pedido de Alocação de Recursos (DIREITO DE SAQUE) ou liberação dos recursos pela **AFD**, respeitada a sua programação financeira e a disponibilidade dos recursos.
- i) Apresentação da Ordem Inicial de Serviços emitida pelo **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, conforme previsto na Cláusula 12.3 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, e comprovação de sua publicação no Boletim Oficial do Município (BOM);
- j) Apresentação das Apólices de Seguro exigidas conforme a Cláusula 24 e Anexo 14 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, contendo cláusula beneficiária em favor do **BRDE**;
- l) Comprovação da constituição de Garantia de Execução do Contrato, a qual deverá atender os requisitos indicados na Cláusula 38 e Anexo 14 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, contendo cláusula beneficiária em favor do **BRDE**;
- j) Comprovação da constituição, pelo **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, de Conta Vinculada em instituição financeira depositária, conforme prevista na Cláusula 37 e Anexo 14 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, destinada ao recebimento dos recursos dos pagamentos da CIP (Contribuição para o Custeio dos Serviços de Iluminação Pública) e ao trânsito dos recursos da mesma durante todo o prazo da concessão objeto do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019;
- k) Comprovação da constituição, pelo **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, de Conta Reserva, na mesma instituição financeira depositária prevista no item acima, conforme prevista nas Cláusulas 3.5 a 3.9 do Anexo 14 ao CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, bem como existência do saldo mínimo correspondente a 2 (duas) vezes o valor máximo da Contraprestação Mensal;
- l) Comprovação de atendimento ao disposto na Cláusula 13 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, mediante apresentação de: i) Plano estratégico; ii) comprovação da integralização do capital social da **CREDITADA**, no valor mínimo de R\$ 13.116.398,40, (treze milhões, cento e dezesseis mil, trezentos e noventa e oito reais e quarenta centavos) correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, conforme previsto na Cláusula 13.4.1 do mesmo; e iii) Comprovação da operacionalização do CCO – Centro de Controle Operacional definitivo;
- m) Comprovação da abertura, mediante apresentação de contrato firmado com o Banco **BRABESCO S.A. [BANCO DEPOSITÁRIO]**, da seguinte conta de titularidade da **CREDITADA**;

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101662212206984360267-3  
Data: 22/12/2020 13:44:48  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX58232-8FNU;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Váber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB



“Conta Vinculada BRDE”, na qual deverão ser depositados integralmente os valores totais devidos pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA à CREDITADA, conforme os termos da Cláusula 3 do Anexo 14 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019; a referida Conta Vinculada deverá conter a rubrica Investimento Reserva BRDE relativo ao presente financiamento [Investimento Reserva Financiamento BRDE-AFD], em cujo contrato com a instituição financeira depositária deverá constar que esta se responsabilizará pela manutenção, na referida rubrica Investimento Reserva, do valor equivalente a 6 (seis) meses do serviço da dívida, constituído de principal, juros e demais acessórios, a ser informado pelo BRDE, que a CREDITADA se obriga a deixar ali depositado. Deverá constar ainda no referido contrato de abertura de conta que, em caso de inadimplemento de qualquer parcela do financiamento, o BRDE poderá movimentar a referida rubrica Investimento Reserva para quitação dos valores em atraso;

n) A liberação da segunda, terceira e quarta parcelas do crédito é condicionada à apresentação da comprovação física e financeira correspondente ao valor da parcela anteriormente liberada, bem como do Termo de Aceite emitido pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, atestando o cumprimento das especificações do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019 e seus Anexos, referentes ao Primeiro Marco de eficientização no caso da segunda parcela, ao Segundo Marco de eficientização no caso da terceira parcela e ao Terceiro Marco de eficientização no caso da quarta parcela.

**Parágrafo primeiro.** O valor do crédito a ser colocado à disposição da CREDITADA é o valor em Reais (R\$) do crédito aprovado, devidamente atualizado pela variação cambial do Euro (EUR) incidente sobre os recursos captados, correspondendo assim ao produto da conversão em Reais (R\$) do montante em Euros (EUR) indicado na CLÁUSULA PRIMEIRA do presente instrumento contratual, considerando a cotação do câmbio para compra do Euro (EUR) contratada pelo BRDE para a internalização desses recursos externos, por ocasião da liberação à CREDITADA.

**Parágrafo segundo.** As liberações serão efetuadas no prazo de até dois dias úteis contados da contratação do câmbio pelo BRDE no equivalente acima indicado e ocorrerão mediante transferências bancárias a crédito da CREDITADA, ou diretamente ao fornecedor dos bens ou prestador do serviço, em conta corrente de sua titularidade ou à sua ordem. A assinatura deste instrumento de crédito representa a outorga de poderes para tanto, sem que isso implique a responsabilidade do BRDE pela qualidade desses bens ou serviços.

**CLÁUSULA QUARTA - RESPONSABILIDADE POR DESPESAS:** São de responsabilidade da CREDITADA quaisquer tributos incidentes e os que vierem a incidir sobre a presente operação, bem como todas as demais despesas a ela relacionadas ou dela decorrentes como as necessárias para liberação e remessa dos recursos ao exterior, inclusive as de registros das garantias deste contrato e de seus termos aditivos, as quais, eventualmente, poderão vir a ser adiantadas pelo BRDE.

**Parágrafo primeiro.** Obriga-se a CREDITADA a reembolsar, no prazo de dez dias da data em que forem debitadas, as despesas adiantadas nos termos da CLÁUSULA SEXTA do presente instrumento contratual, assim como aquelas que o BRDE fizer para segurança, regularidade e realização de seu direito creditório, sob pena de incidência, sobre os referidos valores, dos encargos e acessórios previstos neste contrato para os casos de inadimplemento.

**Parágrafo segundo.** Na hipótese da despesa realizada pelo BRDE relacionar-se a mais de uma operação, a importância respectiva será lançada na conta referente a qualquer dos instrumentos contratuais.

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020







**CLÁUSULA QUINTA - ENCARGOS:** São devidos os seguintes encargos para atualização do saldo devedor:

a) **ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA DÍVIDA:** O saldo devedor, aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, despesas, comissões e demais encargos, será atualizado pela variação cambial do Euro, pela taxa de câmbio para venda do Euro (EUR) divulgada pelo Banco Central do Brasil.

b) **JUROS:** Sobre o saldo devedor atualizado incidirão juros à taxa de 5,34% a.a. (cinco vírgula trinta e quatro por cento ao ano) acima da Euro Interbank Offered Rate EURIBOR 3 MESES, calculada diariamente pela European Banking Federation (EBF), observado o seguinte:

b.1) Os juros serão calculados dia a dia com base em um ano de 360 (trezentos e sessenta) dias, proporcionalmente, sobre o saldo devedor em Euros, apurado no vencimento imediatamente anterior, nos termos da CLÁUSULA OITAVA do presente instrumento contratual ou, tratando-se do primeiro pagamento, sobre o valor da liberação. Os referidos juros serão exigíveis sempre trimestralmente, nos dias 23 (vinte e três) de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, inclusive durante o período de carência que se encerra em 23/03/2021, devendo a primeira parcela ser paga em 23/09/2020, passando a ser pago junto com o principal, até o vencimento ou liquidação da dívida.

b.2) **Taxa de Juros Mínima:** Em qualquer hipótese, não obstante qualquer variação da Taxa EURIBOR, a Taxa de Juros aplicável, de acordo com os itens acima, não poderá ser inferior a 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) por ano.

c) **COMISSÃO DE REPASSE:** A CREDITADA pagará ao BRDE a título de remuneração pela obtenção do empréstimo externo e pelo repasse ora contratado a comissão de repasse de 3,34% (três vírgula trinta e quatro por cento) ao ano sobre o saldo devedor, devida na mesma forma e periodicidade de pagamento dos juros e de amortização do principal.

**CLÁUSULA SEXTA: TRIBUTOS, TARIFAS E OUTRAS DESPESAS:** São devidas os seguintes tributos, tarifas e outras despesas:

a) **IMPOSTO DE RENDA:** Tendo o BRDE de remeter ao exterior os juros de que trata a CLÁUSULA QUINTA, alínea b, a CREDITADA reembolsará o BRDE o montante correspondente ao IMPOSTO DE RENDA devido em razão dessas remessas, o que será cobrado juntamente com as prestações devidas;

b) **IOF:** A CREDITADA, se for o caso, estará sujeita ao pagamento do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro ou relativa a Títulos ou Valores Mobiliários - IOF a cada liberação de recursos realizada, na forma da legislação pertinente.

c) **OUTRAS DESPESAS:** Serão de responsabilidade da CREDITADA todas as comissões e demais obrigações acessórias eventualmente devidas ao credor estrangeiro fornecedor dos recursos.

d) **TARIFAS DE SERVIÇOS PRESTADOS:** Serão igualmente devidas pela CREDITADA as tarifas incidentes sobre os eventuais serviços prestados pelo BRDE após a liberação dos recursos em seu favor, as quais serão cobradas de acordo com as tabelas publicadas no site do BRDE, [www.brde.com.br](http://www.brde.com.br).

**CLÁUSULA SÉTIMA:** No caso de impontualidade nos pagamentos, a qualquer título, sem prejuízo do vencimento antecipado e da imediata exigibilidade de toda a dívida e das demais cominações legais e convencionais, serão cobrados, sobre todos os valores em atraso, por dia de atraso e enquanto perdurar a inadimplência, os juros de adimplência contratados, os juros moratórios de 1% a.m. (um por cento ao mês), capitalizados mensalmente, e, em substituição aos demais fatores contratados para encargos financeiros incidentes sobre a dívida, tais como:

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

5



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 101662212206984360267-5  
Data: 22/12/2020 13:44:48  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX58234-VJ3G;



CNPJ: 06.970-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - [cartorio@azevedobastos.net.br](mailto:cartorio@azevedobastos.net.br)  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
TJPB





variação cambial, "euribor", imposto de renda, comissão de repasse e outros; a atualização monetária calculada "pro rata die" com base na variação percentual do Índice Geral de Preços do Mercado – IGP-M, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV, referente ao mês anterior ao de competência do cálculo.

**Parágrafo primeiro. Índice negativo:** Para fins de inadimplemento, eventual índice negativo de atualização monetária será considerado no cálculo da atualização, desde que não implique redução do valor nominal da prestação, caso em que o valor nominal da prestação prevalecerá.

**Parágrafo segundo. Vencimento antecipado:** Na hipótese de vencimento antecipado da dívida, por qualquer motivo, os encargos incidirão sobre todo o saldo devedor.

**Parágrafo terceiro. Multa de inadimplemento:** Será devida, ainda, em caso de inadimplemento, multa convencional de 2% (dois por cento), cobrada em processo contencioso ou não, judicial ou administrativo, e incidente sobre o principal e acessórios, ficando estabelecido que a multa não se destinará à cobertura de despesas administrativas, judiciais e/ou honorários advocatícios.

**CLÁUSULA OITAVA – FORMA DE PAGAMENTO DO PRINCIPAL:** A dívida representada por este contrato será paga ao BRDE em 40 (quarenta) prestações trimestrais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, as quais serão exigíveis sempre nos dias 23 (vinte e três) de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, vencendo-se a primeira prestação em 23/06/2021 e a última em 23/03/2031, observado o vencimento em dias feriados, a seguir.

**Parágrafo primeiro. Vencimento em dias feriados:** Nos casos em que o vencimento de prestação de amortização de principal e de encargos ocorra em sábados, domingos ou feriados, nacionais, estaduais, distritais, ou municipais, inclusive os bancários:

a) caso o primeiro dia útil subsequente seja no mesmo mês do vencimento original, para todos os fins e efeitos, o vencimento da prestação será deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

b) caso o primeiro dia útil subsequente seja no mês subsequente ao do vencimento original, para todos os fins e efeitos o vencimento da prestação será deslocado para o primeiro dia útil antecedente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos da operação.

**Parágrafo segundo.** O pagamento efetuado em data anterior à do vencimento, parcial ou não, necessita ser imediatamente comunicado ao BRDE, para fins de conversão em moeda estrangeira, e poderá gerar diferença em relação ao valor calculado na forma da CLÁUSULA NONA do presente instrumento contratual, a seguir, caso em que será debitado ou ressarcido por ocasião do próximo vencimento.

**CLÁUSULA NONA - PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA:** Considerando o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e outras Avenças previsto na Cláusula Décima, alínea b, adiante, e anexo a este contrato, a cobrança do principal e encargos do crédito será feita mediante Aviso de Cobrança eletrônico (e-mail) ou por qualquer outro procedimento adotado pelo BRDE, e por este expedido com antecedência de 1 (um) dia, pelo qual informe ao BANCO DEPOSITÁRIO qualificado no referido contrato, o montante necessário à liquidação das obrigações da CREDITADA nas datas de vencimento.

**Parágrafo Primeiro.** O Aviso de Cobrança será emitido pelo BRDE com a indicação de um valor referencial em Euros, acrescido dos juros e eventuais encargos adicionais, cuja cotação será

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

*[Handwritten signatures and initials]*



CARTÓRIO

Autenticação Digital Código: 101662212206984360267-6  
Data: 22/12/2020 13:44:48  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX58235-MZEA;



CNJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
https://azevedobastos.not.br

Bel. Váber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB







obtida de acordo com o fechamento da PTAX EURO "venda" do dia útil anterior (D-1) ao do pagamento.

**Parágrafo Segundo.** Ainda nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e outras Avenças, acima referido, o não recebimento do Aviso de Cobrança pelo BANCO DEPOSITÁRIO, não eximirá a CREDITADA da obrigação de pagar as prestações do principal e os encargos nas datas estabelecidas neste contrato.

**Parágrafo Terceiro.** O BRDE colocará à disposição do BANCO DEPOSITÁRIO e da CREDITADA as informações, dados e cálculos que servirem de base para a apuração dos valores devidos.

**CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIAS REAIS:** A CREDITADA constitui em favor do BRDE, para cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias assumidas neste contrato, incluídos os encargos pactuados, as garantias abaixo descritas e caracterizadas, vinculadas nos termos da legislação aplicável e das condições dispostas na Cláusula Décima Primeira:

a) **ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA DAS AÇÕES DA CREDITADA:** Em alienação fiduciária a totalidade das ações da CREDITADA, a ser constituída por suas acionistas ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE – EIRELI e BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA., por meio do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e outras Avenças, celebrado nesta data e que é parte integrante deste contrato;

b) **CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS EMERGENTES DO CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019:** Por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos, Administração de Contas e outras Avenças, celebrado nesta data e que é parte integrante deste contrato, a CREDITADA cede fiduciariamente ao BRDE os direitos emergentes da concessão de que a CEDENTE é titular em decorrência do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, celebrado entre a CREDITADA e o Município de Guarapuava/PR, compreendendo, mas não se limitando a: i) os direitos de crédito decorrentes do fluxo de recebíveis da CREDITADA oriundos do CONTRATO DE CONCESSÃO 389/2019; ii) a totalidade dos recursos depositados na CONTA VINCULADA de titularidade da CREDITADA no Banco BRADESCO S.A., e na rubrica INVESTIMENTO RESERVA do Financiamento BRDE-AFD associada à mesma conta, na qual serão depositados os recursos do fluxo de recebíveis da CREDITADA oriundos do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019, e em especial o saldo do referido INVESTIMENTO RESERVA correspondente a 6 (seis) meses do serviço da dívida deste financiamento; e iii) todos os frutos, rendimentos e vantagens que forem depositados na CONTA VINCULADA, incluindo receitas acessórias, indenizações, e todos os demais direitos corpóreos ou incorpóreo, potenciais ou não, que possam ser objeto de cessão fiduciária de acordo com as normas legais e regulamentares aplicáveis, decorrentes do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019.

c) **CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS SOBRE APLICAÇÃO FINANCEIRA (Garantia Extraprojeto):** Por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos sobre Aplicação Financeira e outras Avenças, celebrado nesta data e que é parte integrante deste contrato, a CREDITADA cede fiduciariamente ao BRDE os direitos sobre aplicação financeira de sua titularidade, na modalidade Certificado de Depósito Bancário – CDB junto ao Banco BRADESCO S.A., no valor nominal total de R\$ 4.144.312,50 (quatro milhões, cento e quarenta e quatro mil, trezentos e doze reais e cinquenta centavos).

**Parágrafo único.** A Garantia Extraprojeto mencionada acima será liberada mediante o atendimento das seguintes condições: i) que a CREDITADA se encontre em dia com todas as

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

Autenticação Digital Código: 101662212206984360267-7  
Data: 22/12/2020 13:44:48  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX58236-ZFHU;



CNPJ: 06.970-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.net.br  
<https://azevedobastos.net.br>

Bel. Váber Azevêdo Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





obrigações contratuais perante o BRDE; ii) após o término de execução do quarto marco de efficientização e início do fluxo financeiro com Fator de Modernização e Efficientização (FME) de 100% (cem por cento), previsto no Cronograma de Modernização e Efficientização, conforme Anexo 5 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019; e iii) após recebimento e análise pelo BRDE do "Termo de Recebimento da Rede Municipal de Iluminação Pública Inteligente", emitido pelo MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA, conforme definido nas Cláusulas 2.1.54 e 14.10 do mesmo Contrato, atestando a conclusão do objeto contratado.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA** – Quando aplicável, a CREDITADA manterá, às suas expensas, os bens objeto da garantia segurados em favor do BRDE até a final liquidação da dívida, inclusive durante o período de transporte, por valores de reposição e contra os riscos que o BRDE determinar, em seguradora brasileira.

**Parágrafo primeiro.** As apólices de seguros deverão consignar cláusula especial em favor do BRDE, de acordo com o seguinte modelo: "a presente apólice não poderá ser cancelada, ou sofrer qualquer alteração, sem prévia e expressa anuência do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BRDE, na qualidade de credor hipotecário, pignoratício ou fiduciário, ao qual será paga a indenização devida pelo presente contrato de seguro".

**Parágrafo segundo.** As indenizações devidas em caso de sinistro poderão, a critério do BRDE, ser aplicadas na amortização de eventual saldo devedor deste contrato ou, em decisão conjunta entre o BRDE e a CREDITADA, ser utilizadas na reconstrução dos bens sinistrados, ou ainda, na aquisição ou construção de outros bens, os quais deverão ser incorporados à garantia real deste contrato.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VENCIMENTO ANTECIPADO:** A utilização do crédito será suspensa e este contrato será considerado vencido antecipadamente, independentemente de qualquer aviso ou notificação judicial ou extrajudicial, nos casos de:

- a) Inadimplemento da CREDITADA, dos Intervenientes, ou de empresa do mesmo Grupo Econômico da CREDITADA quanto às obrigações contraídas neste instrumento, ou decorrentes de lei, bem como de outras obrigações contraídas com o BRDE;
- b) A CREDITADA ou qualquer Interveniente Prestador de Garantia ser declarado falido, requerer Recuperação Judicial, ou se tornar insolvente;
- c) O controle efetivo da CREDITADA, direto ou indireto, sofrer modificação após a contratação da operação, sem prévia e expressa autorização do BRDE;
- d) Cessão ou transferência, a qualquer título, dos direitos e obrigações decorrentes deste instrumento, bem como qualquer forma de alienação ou oneração dos bens financiados e/ou integrantes da garantia, sem prévia e expressa autorização do BRDE;
- e) Ausência de seguro obrigatório, procedimento judicial ou qualquer evento que possa afetar as garantias constituídas;
- f) Ocorrência de qualquer hipótese de antecipação legal do vencimento;
- g) Não comprovação física e/ou financeira da realização do projeto financiado e/ou aplicação dos recursos do financiamento em finalidade diversa da prevista neste instrumento, sem prejuízo de o BRDE comunicar esse fato ao Ministério Público Federal para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16/08/86;
- h) Existência de sentença condenatória transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela CREDITADA, que importem em:
  - I. trabalho infantil, trabalho escravo, ou crime contra o meio ambiente, salvo se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta, observado o devido processo legal;

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020







II. crime de lavagem de dinheiro e financiamento ao terrorismo;  
III. prática de atos de corrupção, fraude ou práticas anticoncorrenciais praticadas originadas nos recursos obtidos por meio do presente financiamento;

i) Caso a **CREDITADA** seja empresa sob controle de capital nacional, se for comprovada, a inclusão, em acordo societário, estatuto ou contrato social da **CREDITADA**, ou das empresas que a controlam, de dispositivo pelo qual seja exigido quórum especial para deliberação ou aprovação de matérias que limitem ou cerceiem o controle de qualquer dessas empresas pelos respectivos controladores, ou, ainda, a inclusão, naqueles documentos, de dispositivo que importe em restrições:

I. à capacidade de crescimento da **CREDITADA** ou ao seu desenvolvimento tecnológico;  
II. de acesso da **CREDITADA** a novos mercados; ou  
III. ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.

j) Caso a **CREDITADA** seja empresa sob controle de capital estrangeiro, se for comprovada, a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da **CREDITADA**, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes da operação.

k) Descumprimento de quaisquer das obrigações assumidas na Cláusula Terceira do Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e outras avenças, firmado entre a **CREDITADA**, seus acionistas e o **BRDE**, nesta data.

**Parágrafo primeiro.** Na ocorrência do mencionado na alínea "g", sem prejuízo das hipóteses de vencimento antecipado, a **CREDITADA** ficará sujeito à multa de 50% (cinquenta por cento) incidente sobre o montante dos recursos não comprovados, acrescido dos encargos devidos pactuados neste instrumento, a partir do dia seguinte à data fixada em notificação judicial ou extrajudicial, até a data da efetiva liquidação do débito.

**Parágrafo segundo.** O **BRDE** fica obrigado a comunicar imediatamente ao **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA** o descumprimento de qualquer obrigação da **CREDITADA** prevista neste contrato, que possa ocasionar a execução das garantias ou a assunção do controle da **CREDITADA** pelo mesmo, em observação ao disposto na Cláusula 30.5 do **CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - OBRIGAÇÕES DA CREDITADA:** Além do cumprimento das obrigações financeiras decorrentes deste instrumento, a **CREDITADA** obriga-se ainda a cumprir as seguintes disposições especiais:

a) Cumprir, no que couber, todas as normas relativas ao processamento das operações de crédito estabelecidas pelo **BRDE** e o **CONTRATO DE FACILIDADE DE CRÉDITO** celebrado com a **AFD** em 1º de março de 2018, que declara conhecer e se obriga a aceitar, bem como as normas do Banco Central do Brasil;

b) Permitir ao **BRDE** o livre acesso às suas dependências e aos seus registros contábeis para efeito de controle da colaboração financeira, prestando toda e qualquer informação solicitada;

c) Mencionar, expressamente, a cooperação do **BRDE** como entidade financiadora, sempre que fizer publicidade do bem, de sua utilização ou do empreendimento;

d) Cumprir o disposto na legislação referente à Política Nacional de Meio Ambiente, adotando, durante o prazo de vigência deste instrumento, medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho, que possam vir a ser causados pelo projeto financiado;

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

9



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101662212206984360267-9  
Data: 22/12/2020 13:44:48  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX58238-143L;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





e) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente durante a vigência deste instrumento, comprometendo-se a comprovar ao BRDE, quando solicitado, o cumprimento desta condição e a da alínea "d" acima;

f) Manter o BRDE permanentemente informado da situação geral, econômica, financeira, técnica e administrativa de sua empresa e do projeto financiado, remetendo, até trinta dias após a sua formalização as atas de assembleia geral, alterações contratuais, balanços ou balancetes, que reflitam quaisquer modificações dos dados enviados para a análise do crédito;

g) Manter registros contábeis em separado de todas as aplicações de recursos no projeto, compreendendo todas as fontes utilizadas, comprovando, quando solicitado, a devida aplicação dos recursos previstos no Quadro de Usos e Fontes do Projeto;

h) Comunicar ao BRDE, no prazo de até 30 dias do evento, qualquer ocorrência que modifique o projeto ou o Cronograma de Usos e Fontes, indicando as providências que julgue devam ser adotadas;

i) Tomar as providências que lhe couberem para manter as garantias mencionadas na Cláusula Décima, acima, íntegras até a total liquidação do saldo devedor deste financiamento, abstendo-se de conceder preferência a outros credores, gravar ou transferir os bens da garantia sem expressa e prévia anuência do BRDE;

j) Manter em dia suas obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária, securatória e de caráter social, especialmente em relação aos bens da garantia, exibindo ao BRDE, quando solicitados, os respectivos documentos comprobatórios;

k) Observar durante o prazo de vigência deste instrumento o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência.

l) Nas operações garantidas por cessão de direitos creditórios, comprovar a ciência do devedor do crédito cedido a respeito da cessão constituída, mediante notificação a ser efetuada por Cartório de Registro de Títulos e Documentos, ou mediante instrumento público ou particular, registrado no referido registro público, da sede do domicílio do devedor e da sede do domicílio do credor do crédito cedido.

m) Aplicar os recursos recebidos unicamente na execução do projeto objeto deste Instrumento Contratual (conforme Quadro de Aplicação de Recursos);

n) Fornecer informações sobre o andamento do projeto financiado com os recursos do presente instrumento contratual sempre que solicitado pelo BRDE, eis que este deverá apresentar relatórios periódicos à AFD sobre a aplicação dos recursos;

o) Aportar os recursos próprios eventualmente previstos para a execução do projeto, bem como, em sua totalidade, os recursos necessários à cobertura de eventuais insuficiências ou acréscimos do orçamento global do projeto;

p) Apresentar ao BRDE, na hipótese de operação passível de ser caracterizada como ato de concentração na forma prevista nos art. 88 e 90 da Lei 12.529 de 30.11.2011 de decisão final do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE quanto a sua aprovação, ou manifestação formal dessa autarquia no sentido de que o mesmo não se configura como ato de concentração econômica.

q) Notificar o BRDE, em até 30 (trinta) dias corridos da data em que tomar ciência, de que ela ou qualquer de suas controladas, ou ainda, qualquer dos respectivos administradores, empregados, mandatários, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao projeto, encontram-se envolvidos em investigação, inquérito, ação, procedimento e/ou processo, judicial ou administrativo relativos à prática de atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a Administração Pública, nacional ou estrangeira, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento a terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020



Documento Autenticado Digitalmente de acordo com os artigos 1º, 3º e 7º inc. V 8º, 41 e 52 da Lei Federal 8.935/1994 e Art. 6º Inc. XII da Lei Estadual 8.721/2008 autenticado a presente imagem digitalizada, reprodução fiel do documento apresentado e conferido neste ato. O referido é verdade. Dou fé. \*\*\*\*\* Confira os dados do ato em: https://selodigital.tjpb.jus.br ou Consulte o Documento em: https://azevedobastos.not.br/documento/101662212206984360267







estrangeira aplicável, desde que não estejam sob sigilo ou segredo de justiça, devendo, quando solicitado, pelo BRDE e sempre que disponível, fornecer cópias de eventuais decisões proferidas e de quaisquer acordos judiciais ou extrajudiciais firmados no âmbito dos citados procedimentos, bem como informações detalhadas sobre as medidas adotadas em resposta a tais procedimentos. Para fins dessa obrigação, considera-se ciência da CREDITADA:

I) o recebimento de citação, intimação ou notificação, judicial ou extrajudicial, efetuadas por autoridade judicial ou administrativa, nacional ou estrangeira;

II) a comunicação do fato pela CREDITADA à autoridade competente; e

III) a adoção de medida judicial ou extrajudicial pela CREDITADA contra o infrator.

r) Não oferecer, prometer, dar, autorizar, solicitar ou aceitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem indevida, pecuniária ou de qualquer natureza, relacionada de qualquer forma com a finalidade da colaboração financeira, assim como não praticar atos lesivos, infrações ou crimes contra a ordem econômica ou tributária, o sistema financeiro, o mercado de capitais ou a administração pública, nacional ou estrangeira, de "lavagem" ou ocultação de bens, direitos e valores, terrorismo ou financiamento ao terrorismo, previstos na legislação nacional e/ou estrangeira aplicável e a tomar todas as medidas ao seu alcance para impedir administradores, mandatários, empregados, representantes, fornecedores, contratados ou subcontratados relacionados ao projeto, seus ou de suas controladas, de fazê-lo.

s) Notificar o Município de Guarapuava sobre a contratação do financiamento instrumentalizado por meio deste contrato, em até 30 (dias) da sua assinatura, bem como da obrigação daquele Município de informar ao BRDE, concomitantemente à comunicação para a própria CREDITADA, sobre descumprimentos do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019 pela CREDITADA, conforme os termos da Cláusula 30.7 do CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA:** As liquidações antecipadas, parciais ou totais, dos recursos com custos de financiamento em moeda estrangeira somente poderão ocorrer nas hipóteses expressamente previstas no presente contrato e deverão necessariamente ser realizadas juntamente com os valores apurados correspondentes aos saldos devedores dos créditos, na data de sua liquidação, respeitada a proporcionalidade entre os respectivos saldos, só sendo autorizadas quando tal critério for respeitado, observadas as seguintes condições:

a) por imposição da AFD, é vedada a realização de pagamento antecipado durante o período de carência;

b) por imposição da AFD, os pagamentos dar-se-ão obrigatoriamente nas datas de vencimento previstas para o pagamento de parcelas de principal e em valores iguais a uma ou várias prestações devidas. Não serão admitidos pagamentos em valores que representem frações de uma ou mais parcelas;

c) os pagamentos realizados de forma antecipada quitarão as parcelas de vencimento mais distante;

d) o pagamento antecipado depende de notificação prévia e irrevogável a ser remetida ao BRDE com pelo menos 45 (quarenta e cinco) dias de antecedência da data do pagamento, com a indicação da data de pagamento e do valor pretendido antecipar;

e) pagamento pela CREDITADA da indenização indicada no parágrafo único a seguir, além dos juros acumulados no montante pré-pago, e quaisquer comissões e custos incorridos pela AFD em relação ao montante a ser liquidado antecipadamente.

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

11



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101662212206984360267-11  
Data: 22/12/2020 13:44:49  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX58240-6BQL;



CNPJ: 06.970-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Valber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





**Parágrafo único.** Conforme política da AFD, a liquidação antecipada do débito gerará cobrança de indenização da CREDITADA por conta de quaisquer perdas sofridas pelo BRDE resultantes da antecipação, a saber:

- a) se a liquidação ocorrer antes do terceiro ano, exclusive, da data da celebração do presente contrato: 2,1% (dois vírgula um por cento);
- b) se a liquidação ocorrer entre o terceiro ano, inclusive, e o sexto ano, exclusive, da data da celebração do presente contrato: 1,1% (um vírgula um por cento);
- c) se a liquidação ocorrer entre o sexto ano, inclusive, e o nono ano, exclusive, da data da celebração do presente contrato: 0,8% (zero vírgula oito por cento);
- d) se o reembolso ocorre após o nono ano, inclusive, da data da celebração do presente contrato: 0,5% (zero vírgula cinco por cento).

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - MEIO AMBIENTE** – As seguintes regras regerão a relação da CREDITADA com o BRDE, no que diz respeito aos possíveis efeitos do projeto/equipamento financiado junto ao meio ambiente:

- a) Caso o projeto financiado venha a provocar qualquer dano ambiental efetivo, fato assim considerado pela legislação federal ou estadual vigentes em relação à matéria, o BRDE exigirá do financiado a imediata reparação do dano ocorrido, sem prejuízo da suspensão das liberações até a total eliminação da causa do dano;
- b) Na hipótese de haver sido liberada a totalidade dos recursos, poderá o BRDE decretar o vencimento antecipado deste contrato, com todas as consequências previstas na cláusula de vencimento antecipado, caso não haja imediata reparação do dano havido e a total eliminação da causa do dano;
- c) Na hipótese de o BRDE vir a ser acionado judicialmente, por quem quer que seja, com a finalidade de responder financeiramente por dano ambiental causado pelo projeto financiado e, em tendo que efetivamente fazê-lo, fica desde já assegurado seu direito de regresso contra o devedor, ora financiado;
- d) Na qualidade de órgão repassador dos recursos, em caso de qualquer perda ou dano, em decorrência de condenação por dano ambiental, a AFD também será indenizada, independentemente da culpa da CREDITADA, de acordo com a lei.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS:**

a) A CREDITADA autoriza o BRDE, durante a vigência do presente instrumento, a promover a abertura de um cadastro em seu nome, prestar, solicitar e receber informações originadas do Sistema de Informações de Crédito do Banco Central do Brasil - SCR -, ou de quaisquer outras fontes oficialmente constituídas, compartilhando com essas fontes as informações existentes. Por outro lado, declara ter ciência de que o BRDE, por força da determinação do Conselho Monetário Nacional, está obrigado a prestar informações ao Banco Central do Brasil - BACEN sobre a situação contábil deste e de todos os créditos de sua responsabilidade. A autorização será automaticamente estendida a qualquer outra entidade que, no prazo de vigência deste instrumento, venha a substituir e/ou complementar os órgãos em sua competência e função.

b) A CREDITADA autoriza a divulgação externa deste contrato, independentemente de seu registro em cartório.

c) A CREDITADA declara ter conhecimento de que os recursos deste contrato são captados junto à AFD, instituição pública da República Francesa, e autoriza que o BRDE compartilhe com a AFD e com a República Francesa, informações relacionadas ao projeto financiado, podendo tais informações ser utilizadas para divulgação no website da própria AFD ou do Governo Francês, ou por quaisquer outros meios, ou ainda compartilhadas mediante pedido de qualquer órgão da Iniciativa de Transparência da Ajuda Internacional.

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

 12







**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - RESPONSABILIDADE NA SUCESSÃO EMPRESARIAL:** Na hipótese de sucessão empresarial, os eventuais sucessores da **CREDITADA** responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes deste instrumento contratual. Não se aplica o disposto nesta cláusula se houver prévia anuência do **BRDE** ao afastamento da solidariedade na cisão parcial.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - CONDIÇÕES ESPECIAIS: ASSUNÇÃO DO CONTROLE OU ADMINISTRAÇÃO TEMPORÁRIA DA CREDITADA:** Sem prejuízo de quaisquer direitos conferidos ao **BRDE** neste ou em outros Contratos de Financiamento, nos Contratos de Garantia ou na lei, os **ACIONISTAS DA CREDITADA** e a **CREDITADA** outorgam, ainda, ao **BRDE**, na ocorrência de qualquer inadimplemento das obrigações deste contrato, das obrigações garantidas ou do **CONTRATO DE CONCESSÃO nº 389/2019** (que o inviabilize ou coloque em risco), o direito de:

- (I) requerer a destituição de todos ou de qualquer um dos membros da Diretoria da **CREDITADA**; e/ou
- (II) aprovar, prévia e expressamente, por escrito, para fins do disposto no artigo 113 da Lei das Sociedades por Ações, e adicionalmente às matérias previstas na Cláusula 4.2 acima, a nomeação de novos membros da Diretoria da **CREDITADA** que venham a ser eleitos pelos **ACIONISTAS**. O exercício do direito de veto previsto nesta Cláusula deverá ser sempre exercido de maneira justificada. Os membros da Diretoria da **CREDITADA** cuja destituição tenha sido solicitada conforme o item (i) acima deverão permanecer em seus cargos até a eleição dos novos membros.
- (III) promover alterações nos atos constitutivos da **CREDITADA**, visando sua administração temporária, nos termos do art.5º-A, II da Lei nº11.079/2004, que lhe garantam o direito de:  
a) indicar os membros do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal; b) exercer o poder de veto sobre qualquer proposta submetida à votação que represente ou possa representar prejuízos para a administração temporária; c) outros poderes necessários para o exercício da administração temporária.
- (IV) exercer o direito de assunção do controle da **CREDITADA**, com o objetivo de promover a sua reestruturação financeira e assegurar a continuidade da prestação do serviço, nos termos do art.5º-A, II da Lei nº11.079/2004.
- (V) Para fins de exercício dos direitos previstos nesta Cláusula, o **BRDE** deverá notificar os **ACIONISTAS**, a **INTERVENIENTE ANUENTE** e o **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, por escrito, com cópia para a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR"). Uma vez recebida a notificação feita pelo **BRDE**, os **ACIONISTAS** e a **INTERVENIENTE ANUENTE** terão 7 (sete) Dias Úteis para tomar todas as medidas societárias necessárias à resolução do inadimplemento e atendimento do quanto indicado pelo **BRDE**.
- (VI) O exercício dos direitos previstos nos itens III e IV desta cláusula, bem como a hipótese de transferência de controle a terceiros, dependerá de prévia autorização do **MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA**, a ser solicitada mediante notificação pelo **BRDE**.

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA:** Os **FIADORES**, já qualificados no preâmbulo, subscrevem o presente instrumento e declaram-se, para todos os efeitos, principais pagadores e devedores solidários com a **CREDITADA** e entre si, com expressa renúncia dos benefícios de que tratam os

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

13



**CARTÓRIO**  
Autenticação Digital Código: 101662212206984360267-13  
Data: 22/12/2020 13:44:49  
Valor Total do Ato: R\$ 4,56  
Selo Digital Tipo Normal C: AKX58242-5EQS;



CNPJ: 06.870-0

**Cartório Azevêdo Bastos**  
Av. Presidente Epitácio Pessoa - 1145  
Bairro dos Estados, João Pessoa - PB  
(83) 3244-5404 - cartorio@azevedobastos.not.br  
<https://azevedobastos.not.br>

Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti  
Titular

TJPB





art. 827, 829, 830, 835 e 838 do Código Civil.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA - FORO:** O foro do presente contrato é o da Comarca de Curitiba/PR, podendo o BRDE optar pelo do domicílio da CREDITADA, dos FIADORES ou dos INTERVENIENTES ou, ainda pelo da localização dos bens.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - RECONHECIMENTO DE FIRMAS:** As partes signatárias do presente instrumento aceitam que as suas firmas sejam reconhecidas por semelhança, assumindo a responsabilidade civil e criminal por esta aceitação, conforme Provimento nº 147, de 20/05/2008, do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - A CREDITADA,** neste ato, apresenta as seguintes negativas: Certidão Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil juntamente com a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em 16/06/2020 e válida até 13/12/2020; Certificado de Regularidade do FGTS emitido pela Caixa Econômica Federal em 20/06/2020 com validade até 19/07/2020; Recibo de entrega da RAIS, entregue em 24/03/2020.

E por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo.

Curitiba, 30 de junho de 2020.

4º TABELIONATO DE NOTAS

4º TABELIONATO DE NOTAS

*Sup. M. Bul*

*[Assinatura]*

**BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE**

Tiago Marquardt Pesch  
CPF: 028.091.479-22

Sergio Toshimi Sato  
CPF: 028.846.139-86

**ILUMINA GUARAPUAVA S.A.**

Rodson Luiz Lopes  
CPF: 532.236.329-72



PR-59.039/BRDE/AFD


Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

14







Fiadores:

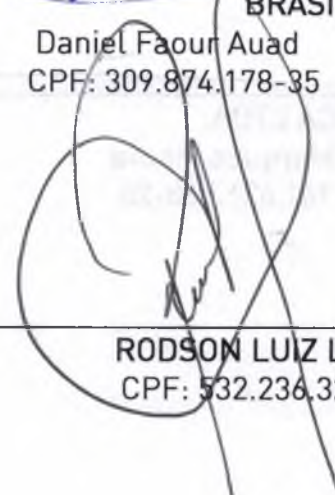
  
ENGELUZ ILUMINAÇÃO PÚBLICA EIRELI

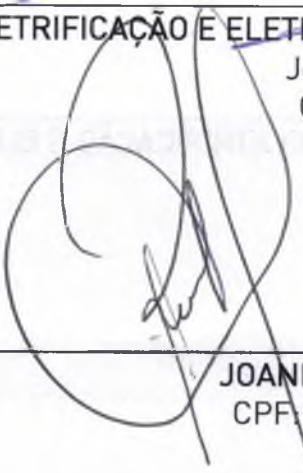
Rodson Luiz Lopes  
CPF: 532.236.329-72


  
BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.


Daniel Faour Auad  
CPF: 309.874.178-35


  
Jorge Marques Moura  
CPF: 761.631.568-20

  
RODSON LUIZ LOPES  
CPF: 532.236.329-72

  
JOANI RAWLYK LOPES  
CPF: 508.591.619-00

  
DANIEL FAOUR AUAD  
CPF: 309.874.178-35


  
MARIANNA JORGE AUAD  
CPF: 219.956.758-30

  
JORGE MARQUES MOURA  
CPF: 761.631.568-20






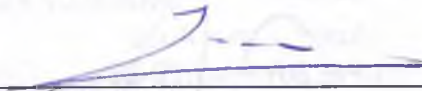
**Intervenientes Acionistas:**

  
\_\_\_\_\_  
**ENGELUZ ILUMINAÇÃO PÚBLICA EIRELI**

Rodson Luiz Lopes  
CPF: 532.236.329-72

  
\_\_\_\_\_  
**BRASILUZ ELETRIFICAÇÃO E ELETRÔNICA LTDA.**

Daniel Faour Auad  
CPF: 309.874.178-35

  
\_\_\_\_\_  
Jorge Marques Moura  
CPF: 761.631.568-20

**Testemunhas:**

\_\_\_\_\_  
Nome.....  
CPF:.....

\_\_\_\_\_  
Nome .....  
CPF: .....

CONTRATO PR-59.039/BRDE/AFD

Ouvidoria BRDE: 0800-600-1020

16



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
ESTADO DA PARAÍBA  
CARTÓRIO AZEVEDO BASTOS  
FUNDADO EM 1888

PRIMEIRO REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO E ÓBITOS E PRIVATIVO DE CASAMENTOS, INTERDIÇÕES E TUTELAS DA COMARCA DE JOÃO PESSOA

Av. Epitácio Pessoa, 1145 Bairro dos Estados 58030-00, João Pessoa PB  
Tel.: (83) 3244-5404 / Fax: (83) 3244-5484  
<http://www.azevedobastos.not.br>  
E-mail: [cartorio@azevedobastos.not.br](mailto:cartorio@azevedobastos.not.br)



## DECLARAÇÃO DE SERVIÇO DE AUTENTICAÇÃO DIGITAL

O Bel. Válber Azevêdo de Miranda Cavalcanti, Oficial do Primeiro Registro Civil de Nascimentos e Óbitos e Privativo de Casamentos, Interdições e Tutelas com atribuição de autenticar e reconhecer firmas da Comarca de João Pessoa Capital do Estado da Paraíba, em virtude de Lei, etc...

DECLARA para os devidos fins de direito que, o documento em anexo identificado individualmente em cada Código de Autenticação Digital<sup>1</sup> ou na referida sequência, foi autenticado de acordo com as Legislações e normas vigentes<sup>2</sup>.

DECLARO ainda que, para garantir transparência e segurança jurídica de todos os atos oriundos da atividade Notarial e Registral no Estado da Paraíba, foi instituído pela Lei Nº 10.132, de 06 de novembro de 2013, a aplicação obrigatória de um Selo Digital de Fiscalização Extrajudicial em todos os atos de notas e registro, composto de um código único (por exemplo: Selo Digital: ABC12345-X1X2) e dessa forma, cada autenticação processada pela nossa Serventia pode ser verificada e confirmada tantas vezes quanto for necessário através do site do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, endereço <https://corregedoria.tjpb.jus.br/selo-digital/>

A autenticação digital do documento faz prova de que, na data e hora em que ela foi realizada, a empresa ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI tinha posse de um documento com as mesmas características que foram reproduzidas na cópia autenticada, sendo da empresa ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI a responsabilidade, única e exclusiva, pela idoneidade do documento apresentado a este Cartório.

Esta DECLARAÇÃO foi emitida em **22/12/2020 13:58:15 (hora local)** através do sistema de autenticação digital do Cartório Azevedo Bastos, de acordo com o Art. 1º, 10º e seus §§ 1º e 2º da MP 2200/2001, como também, o documento eletrônico autenticado contendo o Certificado Digital do titular do Cartório Azevedo Bastos, poderá ser solicitado diretamente a empresa **ENGELUZ ILUMINACAO E ELETRICIDADE - EIRELI** ou ao Cartório pelo endereço de e-mail [autentica@azevedobastos.not.br](mailto:autentica@azevedobastos.not.br)

Para informações mais detalhadas deste ato, acesse o site <https://autdigital.azevedobastos.not.br> e informe o *Código de Autenticação Digital*.

Esta Declaração é válida por **tempo indeterminado** e está disponível para consulta em nosso site.

<sup>1</sup>**Código de Autenticação Digital:** 101662212206984360267-1 a 101662212206984360267-16

<sup>2</sup>**Legislações Vigentes:** Lei Federal nº 8.935/94, Lei Federal nº 10.406/2002, Medida Provisória nº 2200/2001, Lei Federal nº 13.105/2015, Lei Estadual nº 8.721/2008, Lei Estadual nº 10.132/2013 e Provimento CGJ Nº 003/2014.

O referido é verdade, dou fé.

### CHAVE DIGITAL

00005b1d734fd94f057f2d69fe6bc05b501da53dd823a82b7af2fcebdc54e4097a626c8d13cc596773f0cd51491d4120237b31ffd88b4b6b22a4fa33e915637ecb  
a4fab5fe82032158186944374bf5c0



Presidência da República  
Casa Civil  
Medida Provisória Nº 2.200-2,  
de 24 de agosto de 2001.

